

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Mauricette Carvalho das Neves

**O PODER POLÍTICO E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO PERÍODO DE
TRANSIÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DO REGIME SOCIALISTA PARA O
REGIME DEMOCRÁTICO REPRESENTATIVO**

FLORIANÓPOLIS

2009

MAURICETTE CARVALHO DAS NEVES

**O PODER POLÍTICO E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO PERÍODO DE
TRANSIÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DO REGIME SOCIALISTA PARA O
REGIME DEMOCRÁTICO REPRESENTATIVO**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de Bacharelato.

Orientadora: Prof^ª. Patrícia Fonseca Arienti

Co-orientador: Prof. Dr. Valdir Alvim

Florianópolis

2009

MAURICETTE CARVALHO DAS NEVES

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 à aluna Mauricette Carvalho das Neves na disciplina CNM 5420 – Monografia, curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, novembro de 2009.

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dra. Patrícia Fonseca Arienti
Presidente

Prof. Dr Hoyêdo Nunes Lins

Prof. Dr Valdir Alvim da Silva

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Fernando Neves e Laurinda Cristina.

RESUMO

NEVES, Mauricette Carvalho das. **O poder político e as políticas públicas no período de transição em São Tomé e Príncipe: do regime socialista para o regime democrático representativo.** 2009. 71p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Sócio – Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Este estudo tem como objetivo descrever as razões políticas e econômicas que levaram o Governo da I República de São Tomé e Príncipe à transição do regime socialista de partido único para a democracia e o multipartidarismo em 1990. São Tomé e Príncipe adotou o regime socialista logo após a sua independência de Portugal em 1975, com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Nesse regime, o governo, liderado por Manuel Pinto da Costa tinha como tarefa a reconstrução dos setores produtivos e a destruição de tudo o quanto lembrasse o colonialismo português. Para o desenvolvimento do país, o Estado elegeu a agricultura como principal setor da economia, e mais especificamente a monocultura exportadora do cacau sua fonte de riquezas. A nacionalização das roças e o incentivo ao trabalho foram elementos de grande importância para aumentar a produção deste produto e, por conseguinte, ao desenvolvimento do país. A crise econômica (ocasionada principalmente pela seca) e política vieram pôr fim a esse desejo e com isso a implementação de um programa de ajustamento estrutural em 1987, com a abertura dos mercados e políticas econômicas restritivas com o objetivo de acabar com os desequilíbrios que a economia vinha sofrendo.

Palavras-chave: Poder Político; Transição Política; Socialismo; Democracia; Economia de mercado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de São tomé e Príncipe, em relação ao continente africano.....	15
Figura 2: Ilha de São Tomé, com a divisão dos respectivos distritos.....	16
Figura 3: Ilha do Príncipe, com a divisão dos seus distritos.....	17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dívida externa do Estado em milhões de US\$ e seu % do PIB.....	46
Tabela 2: Produção, Receitas e Preços do cacau.....	47
Tabela 3: Evolução da taxa de desemprego (%) em STP no período 1981-2005.....	51
Tabela 4: Evolução da taxa de inflação em (%) de STP no período de 1980 a 2008.....	62
Tabela 5: Participação dos três setores da economia em % do PIB no período de 1988 a 2000.....	63
Tabela 6: Exportações (F.O.B(a)) e importações (F.O.B) santomenses em milhões de US\$ e em variação % com relação ao ano anterior no período de 1980 a 1995.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	Agência Internacional do Desenvolvimento
ADI	Ação Democrática Independente
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico de África
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
CLSTP	Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
EMAE	Empresa de Água e Eletricidade
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	Free On Board
FPL	Frente Popular Livre
INESTP	Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe
JMLSTP	Juventude do MLSTP
MDFM	Movimento Democrático – Força de Mudança
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MLSTP/PSD	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMSTP	Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países exportadores de Petróleo
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PEA	Programa Especial para África

PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCDGR	Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
RDA	República Democrática Alemã
STP	São Tomé e Príncipe
UA	União Africana
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Tema e problema.....	12
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Justificativa.....	13
1.4 Metodologia e estrutura.....	14
2 CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS, ECONÔMICAS, GEOGRÁFICAS E DEMOGRÁFICAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	15
2.1 Visão geral do Estado arquipélago no tempo presente.....	15
2.2 Visão histórica da ocupação do arquipélago e a colonização portuguesa.....	18
2.3 Visão do processo de independência política de São Tomé e Príncipe.....	20
2.4 A inserção de São Tomé e Príncipe no regime socialista.....	23
3 DO GOVERNO DE PARTIDO ÚNICO DE REGIME SOCIALISTA PARA A DEMOCRACIA E MULTIPARTIDARISMO: 1975-1990.....	25
3.1 A estrutura do poder político do Estado socialista na I República e a Constituição de 1975.....	25
3.2 Conflitos políticos e ideológicos da I República.....	28
3.3 As crises econômica, social e política da década de 1980.....	33
3.4 A transição do regime socialista para o democrático representativo em São Tomé e Príncipe: interpretação e divergências.....	34
3.5 Mudança da estrutura do Poder Político santomense e a Constituição Política de 1990.....	37
3.6 Os conflitos da II República: tentativas de “Golpe Institucional” de Estado.....	38
4 SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS: DA PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA AO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL (PAE).....	42
4.1 A planificação da economia: os programas anuais de investimento.....	42
4.1.1 O plano quinquenal de 1986-1990.....	48
4.1.2 O modelo de substituição de importação e a abertura para a economia de mercado....	50
4.2 Da agricultura das roças à divisão da terra: a reforma agrária.....	54
4.3 Desorganização do processo produção exportador com o fim do colonialismo português.....	56
4.4 A crise econômica de 1980 e a implementação do programa de ajustamento estrutural.....	57

5 CONCLUSÃO.....67

REFERÊNCIA

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

Desde 1470 até 1975, o arquipélago de São Tomé e Príncipe esteve sob o domínio português em regime colonial. O golpe ocorrido em Portugal, em 25 de abril de 1974, desestabilizou o seu poder político-econômico, favorecendo a proclamação da independência de São Tomé e Príncipe em 12 de julho de 1975.

Logo após a independência, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, liderado por Manuel Pinto da Costa instituiu o regime socialista de partido único. Conflitos políticos e dificuldades econômicas, no entanto, acabaram por provocar o fim deste regime e, no final da década de 80, o país viu-se forçado a abrir sua economia e fazer uma transição para a economia de mercado e para o multipartidarismo. Essa transição foi um passo para o desenvolvimento do país, com tentativas de substituição de importação, livre comércio, o aparecimento do empresariado privado, etc.

Apesar da abertura ao mercado externo através do livre comércio, o país, ainda hoje, enfrenta enormes dificuldades de ordem econômica e política. A agricultura deixou de ser o principal componente do PIB, mas o país ainda continua sendo agrícola, embora a produção de bens para consumo interno ainda seja muito baixa. Na política, a instabilidade e conflitos continuam, e agora mais do que nunca, com a possível descoberta de petróleo nos mares santomenses.

Diante do que está exposto acima, o presente trabalho tem como objetivo responder ao seguinte questionamento: quais foram as razões que levaram o Governo da 1ª República de São Tomé e Príncipe à transição política e econômica de direção centralizada para a economia de mercado e livre comércio no início da década de 1990?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Entender as razões econômicas e políticas que levaram o governo de São Tomé e Príncipe à transição do regime socialista, período vivido desde a sua independência de Portugal em 1975, até quando o país tornou-se democrático econômica e politicamente em 1990.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar o país, descrevendo as suas características políticas, econômicas, geográfica e demográfica;
- b) Descrever a situação política santomense: a estruturação do governo da 1ª República e da 2ª República, os conflitos e as crises e as diversas interpretações das razões que levaram o governo de partido único de regime socialista para a democracia representativa e multipartidarismo; e
- c) Descrever a situação da economia no período pós-independência, os planos e as estratégias para o seu desenvolvimento. Também pretende-se apresentar as condições da economia centralizada que levaram à economia de mercado em finais de década de 1980.

1.3 Justificativa

Após cinco séculos de dominação territorial, econômica e social, São Tomé e Príncipe torna-se independente de Portugal a 12 de julho de 1975. O país vive 15 anos de regime socialista de partido único, próximo ao chamado bloco socialista até 1990 quando por razões

aparentemente econômicas e políticas faz uma transição para a democracia, com a abertura política e econômica.

Este trabalho torna-se relevante pela importância que essa transição foi para o desenvolvimento do país e para o seu povo e também para o conhecimento das causas dessa transição.

1.4 Metodologia e estrutura

A metodologia usada neste trabalho é de caráter descritivo e baseou-se em bibliografias selecionadas para responder as questões propostas. Serão utilizados livros, relatório de diversos órgãos, como o PNUD, dentre outros.

O trabalho terá cinco capítulos, contando com a introdução. O segundo capítulo faz uma apresentação geral de São Tomé e Príncipe, expondo as suas características, geográficas, econômicas, políticas e demográficas. O terceiro capítulo apresenta a situação da política do país desde a sua independência até a atualidade e responde parte da indagação deste trabalho. O quarto complementa na resposta ao questionamento fazendo um apanhado da economia do país, suas metas e seus programas. Finalmente o trabalho termina com o capítulo cinco, onde serão apresentadas as conclusões.

2 CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS, ECONOMICAS, GEOGRÁFICAS E DEMOGRÁFICAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2.1 Visão geral do Estado Arquipélago no presente

O Arquipélago de S. Tomé e Príncipe é um Estado insular situado junto a linha do Equador, no Golfo da Guiné, distanciando-se 300 km da Costa Ocidental Africana. Este arquipélago é constituído por duas ilhas principais, a ilha de S. Tomé e a ilha do Príncipe, e alguns ilhéus adjacentes. Destaca-se os ilhéus Das Rolas e o ilhéu Das Cabras em São Tomé, e o ilhéu Bombom no Príncipe, que somam uma superfície de 1001 km², tendo uma população no ano 2008 de aproximadamente 160 mil habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 3,11% conforme o Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe (INESTP, 2009).

Figura 1: Localização de São tomé e Príncipe, em relação ao continente africano.



Fonte: http://www.easyvoyage.co.uk/base/imgs/cartes/en/SAO_TOME_PRINCIPE.gif, acesso em 22 de setembro de 2009.

Este arquipélago é composto por sete distritos¹, sendo seis em São Tomé (Água Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata e Mé-Zóchi) e um na ilha do Príncipe (Pagué). É no distrito de Água Grande que fica a capital do país, São Tomé, e embora seja o menor dos sete, este distrito é o mais populoso.



Figura 2: Ilha de São Tomé, com a divisão dos respectivos distritos

¹ Divisão territorial administrativa (equivalente a Estado no Brasil).

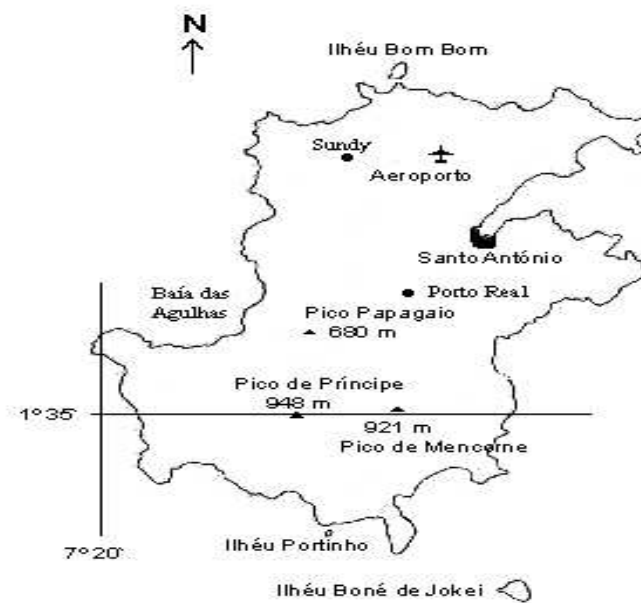


Figura 3: Ilha do Príncipe.

São Tomé e Príncipe, devido a sua situação geográfica, possui um clima do tipo tropical, quente e úmido com temperaturas médias anuais que variam entre os 22°C e os 30°C, caracterizado por duas épocas naturais: a época das chuvas, com chuvas anuais de cerca de 1000 mm³ durante os meses de setembro a maio e a época seca ou “gravana”, como é chamada na ilha, que decorre de junho a agosto. A temperatura varia em função da altitude e é propícia para o então principal setor da economia: o primário. Atualmente o setor que mais contribui para a formação do PIB é o setor terciário, destacando-se os subsectores de serviços e o turismo (OLIVEIRA, 1993).

Do ponto de vista Político de suas relações internacionais, STP é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O mesmo faz parte de organizações comerciais como a União Africana (UA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e tem como observadores o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). O Produto Interno Bruto do país é composto por três setores de atividades, a agricultura que representou 16,6%, a indústria de transformação 15,3% e comércio e serviços que representaram 68% no ano de 2006. A taxa de inflação no ano 2008 foi de 19,4 % e a média nos últimos dez anos tem rondado os 15% anual. A unidade monetária de São Tomé é a Dobra. O valor do seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2008 foi de US\$ 160 milhões com o seu crescimento anual a uma taxa de aproximadamente 5% (INESTP, 2009).

Na estrutura econômica do país, os principais produtos de exportação são commodities agrícolas como o cacau, com maior expressão, a côco, o azeite de palma, a baunilha e o café. Esses produtos destinam-se principalmente à Alemanha, Angola, França (cacau), Países Baixos (Holanda) e Portugal. O país por depender muito do exterior, importa produtos como bens de consumo durável, não durável, de consumo básico, dentre outros como máquinas e equipamentos elétricos e produtos à base de petróleo de Angola, Bélgica, França, Japão e Portugal (INESTP, 2009).

São Tomé e Príncipe é independente há trinta e quatro anos e o mesmo encontra-se no grupo dos países em vias de desenvolvimento, embora tem sido apontado inúmeras vezes por organismos multilaterais (FMI e BM) como um país com prática de má gestão dos recursos, por parte dos dirigentes. Após a independência de Portugal em 1975, o país viveu o regime socialista de partido único implementado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e presidido por Manuel Pinto da Costa, que tinha uma ideologia político-econômica marxista leninista (NASCIMENTO, 2008).

Nascimento (2008) comenta ainda que, durante a implementação do regime, o sistema político baseou-se na segregação, expulsão e ameaças à opositores, em que o desmando, a arrogância e o clientelismo constituíam as regras do seu funcionamento. Embora o santomense não fosse mais cidadão colonizado, não havia possibilidade de se criar outras ideologias político-partidárias, ou poder-se participar ativamente em movimentos sindicais independentes. Reinava no país uma espécie de “ditadura”.

2.2 Visão histórica da ocupação do Arquipélago e a colonização portuguesa

As ilhas de São Tomé e Príncipe estiveram desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar as descobriram, primeiro a ilha de São Tomé em 21 de dezembro de 1470 e depois a ilha do Príncipe a 17 de janeiro do ano seguinte, sendo então colônia de Portugal até a sua independência em 12 de Julho de 1975 (OLIVEIRA, 1993).

Segundo Oliveira (1993), a ocupação nas ilhas não foi imediata, sendo que apenas em 1493 começou a fixação e povoamento dos primeiros colonos, tendo-se dedicado ao cultivo da cana do açúcar importado da ilha da Madeira (Portugal). No final do século XV e no século XVI, teve início o desenvolvimento da indústria do açúcar, com recurso à mão-de-obra escrava. No século XVI desenvolvem-se grandes plantações de açúcar, para as quais foram importados dezenas de milhares de escravos do continente africano. As ilhas de S. Tomé e Príncipe chegaram a contar com cerca de 60 engenhos de açúcar, sendo no século XVII o maior produtor deste produto no mundo. No século XIX desenvolve-se a cultura do café e do cacau, criando-se grandes plantações. Muitos historiadores relatam que o cacau foi levado para STP do Brasil em 1822, como simples planta ornamental. O café foi introduzido nas ilhas em 1800. O cultivo intensivo do cacau só teve início em grande escala a partir de 1851.

De acordo com Silva (1958 apud SANTO, 2008), a cultura do café entrou em crise com a expansão da cultura do cacau e por ter sido considerada irrelevante para a economia do país. A cultura do cacau acabou rapidamente por suplantar todas as outras.

No século XIX, o açúcar foi substituído pelo cacau do qual se mantém até hoje como a principal cultura e responde pela quase totalidade das reduzidas exportações de São Tomé e Príncipe.

Desde os seus primórdios que a característica dominante da economia foi o sistema de plantações, as chamadas roças, que funcionavam inicialmente com trabalho escravo e, desde os finais do século XIX, com mão-de-obra livre que trabalhava sob condições não muito melhores do que as dos escravos. Os proprietários e gestores das roças eram portugueses e poucos esforços eram desenvolvidos para formar os santomenses no sentido de virem a assumir responsabilidades de gestão.

Quanto ao povoamento das ilhas, Oliveira (1993) afirma que foi iniciada com os negros africanos trazidos como escravos pelos portugueses, sendo que a maior parte dos habitantes são filhos da terra (descendentes de escravos e dos europeus), comerciantes e grandes proprietários de engenhos como os franceses, genoveses, castelhanos. Outros grupos são os angolares (escravos angolanos que escaparam de um naufrágio, quando o seu navio seguia para o Brasil entre 1540 e 1550), os forros (descendentes de escravos libertos), serviçais (trabalhadores imigrados) e tongas (filhos de serviçais nascidos na ilha).

Devido a sua localização, estas ilhas assumiram uma enorme importância estratégica para os portugueses, como ponto de escala nas rotas de navegação, mas também para o próspero comércio de escravos levados do Congo e Angola.

A abolição da escravatura em 1869, à semelhança do que acontecia por todo o mundo não acabou com o trabalho escravo em STP. Os escravos passam a ser denominados de "contratados". Milhares de africanos, sobretudo de Cabo Verde, Angola e Moçambique são forçados a trabalhar para os grandes proprietários. Durante décadas a questão originou campanhas internacionais contra esta nova forma de escravatura.

2.3 Visão do processo de independência política de São Tomé e Príncipe

Na década de 1960, o surgimento de movimentos de libertação nas antigas colônias portuguesas em África despertou consciências e fez intensificar a luta pela independência dessas colônias. São Tomé e Príncipe através do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) também criado nesta década, transformado em 1972 em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) não ficou de fora e iniciou um longo processo de libertação (NASCIMENTO, 2008).

Com o surgimento do movimento de libertação nacional no seio da população, o aumento mundial da influência comunista e a tomada de Portugal por forças comunistas em 25 de abril de 1974, a queda do império português levou no ano seguinte à independência de São Tomé e Príncipe.

Após o golpe de Estado em Portugal a 25 de Abril de 1974, que derrubou num só dia, sem grande resistência o governo português, que cedeu perante a revolta das forças armadas o regime político que vigorava em Portugal desde 1933, a idéia de descolonização de São Tomé e Príncipe tornou-se clara e ganhou força na metrópole portuguesa, escasseando desta forma a discussão do destino das ilhas.

Em maio de 1974 criou-se a Frente Popular Livre (FPL) e uma organização frentista, a Associação Cívica Pró- MLSTP, na qual os elementos desta, conforme relata Nascimento

(2008), empenharam-se em ações políticas e sociais para que a população aceitasse e reconhecesse o MLSTP. Este movimento por ter tido laços com os líderes de movimentos de outras colônias portuguesas (Angola), por seu reconhecimento internacional e pela sintonia ideológica com setores políticos dominantes em Lisboa, foi considerado pelo poder colonial como o intérprete do sentimento independentista e o legítimo representante do povo santomense.

Depois disto foi assinado entre o Governo Português e o MLSTP o Acordo de Argel (em Argélia) em 26 de Novembro de 1974, um documento que reconhecia o direito à autodeterminação e independência da colônia. Neste mesmo acordo foi aprovada a formação de um governo de transição e a realização de eleições². Os componentes do MLSTP, aproveitando-se do reconhecimento da sua liderança política, neutralizaram outras formações políticas, fazendo desaparecer deste modo a Frente Popular Livre e mostraram-se avessos à formação de um partido pelos povos naturais da ilha do Príncipe (NASCIMENTO, 2008).

Segundo Santo (2008), como à data da independência o único representante do povo era o MLSTP, o jovem país acabou por adotar o regime de partido único. Alguns fatos históricos levaram a esta orientação:

- Os movimentos de libertação da África de expressão portuguesa foram criados com base na reivindicação nacionalista daqueles que lutaram pela independência;
- Eles tinham sido apoiados pelos países do bloco leste europeu, encabeçados pela ex- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex – URSS) e pelo partido marxista chinês que adotavam o sistema do partido único; e
- Muitos dos Estados Africanos, formados pelos países da África Subsaariana que ascenderam à independência entre 1957 e 1964, tinham instituído o regime de partido único.

Em 12 de julho de 1975, quando Portugal, representado pelo Almirante Rosa Coutinho, concedia a independência do território, Manuel Pinto da Costa, ao usar da palavra na qualidade do primeiro Presidente eleito, disse:

² “O ato eleitoral efetuado a 7 de julho (um referendo com uma lista de candidatos do MLSTP), do qual saiu uma assembléia constituinte não poderia ser hoje considerado como eleições livres e justas”. Mac-Queen (1998, p.150)

“... o aparecimento do primeiro país socialista no mundo (ex-URSS) anteriormente dominado pelo imperialismo mudou o equilíbrio das forças mundiais e teve repercussões na luta dos povos coloniais do Terceiro Mundo, que começaram a organizar-se para combater o sistema colonial” (DENNY & RAY, 1989, p. 143).

O ato de proclamação da independência nacional ocorreu em 12 de Julho de 1975. Embora o povo estivesse revoltado com a questão da colonização, o processo da independência não foi um processo conflituoso e sim um processo pacífico e sem desordens, com as duas partes concordando na decisão tomada (NASCIMENTO, 2008).

Vale ressaltar que antes da independência, a 8 de julho de 1975, tomou posse uma Assembléia Constituinte composta por 17 deputados indicados em representação de vários círculos eleitorais. A 5 de novembro desse mesmo ano, essa Assembléia foi dissolvida depois de ter aprovado por unanimidade uma Constituição Política que reconheceu o MLSTP como o único partido do país. Esta Constituição consagrava um regime de partido único, política e ideologicamente aparentado com os regimes socialistas, como aponta Santos (2001).

Seguem-se 15 anos de regime monopartidário e com forte ligação no marxismo-leninista liderado por Manuel Pinto da Costa tendo sido o primeiro Presidente da República.

Em 1990 iniciou-se o processo da democratização política e das reformas econômicas, e é aproveitando este ambiente que o país realiza as primeiras eleições presidenciais multipartidárias em 20 de Janeiro de 1991, ganhas por Miguel dos Anjos Trovoada, que fazia parte do Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD- GR). Este por sua vez chefiou por 10 anos, já sobre o comando de um novo partido, o Ação Democrática Independente (ADI).

O atual Chefe de Estado é Fradique Bandeira Melo de Menezes, reeleito em 2006, que por sua vez é membro e fundador do partido Movimento Democrático Força da Mudança (MDFM) (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE STP de 2002).

2.4 A inserção de São Tomé e Príncipe no regime socialista de partido único

O colapso do comunismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1989 e o fim da Guerra Fria³ criaram novas oportunidades para as transições democráticas, não apenas na Europa e na ex- URSS, mas também para o continente negro, onde alguns países da África Subsaariana tinham adotado o regime socialista. A competição Leste-Oeste que tinha fornecido apoio, ou pelo menos proteção, aos regimes autoritários em África chegava ao fim. O modelo político monopartidário e de economia centralizada tinha falido (PAIVA, 2007).

“Os ventos da mudança estavam a abanar os coqueiros em África”, dizia o ex-presidente do Gabão Omar Bongo. Entretanto, o General Obasanjo, antigo chefe de Estado da Nigéria, comentava no “Fórum de Líderes Africanos”, realizado em Abril de 1990 que:

As mudanças que estão a ter lugar na Europa do Leste têm enormes implicações para o terceiro mundo em geral e para África em particular. Os ventos que derrubaram as ditaduras, os regimes autocráticos, os sistemas económicos ultrapassados e promoveram a transição democrática e o respeito pelos direitos humanos, não são desconhecidos em África. Os ventos da mudança na Europa do Leste estão a trazer inúmeras oportunidades aos povos africanos para que intensifiquem a sua justa luta pela democracia (Olusegun Obasanjo).

Segundo Lavroff (1975, p. 40), o regime político de partido único começou a ser introduzido em África no início da década de 1960, após a transição do pluralismo, no momento da independência, em partido unificado. Depois da sua introdução, o sistema propagou-se por toda a África Subsaariana.

Este autor define partido unificado como sendo “uma união dos partidos políticos reagrupados em um novo quadro, que aceitam um programa comum, e que se entendem quanto à repartição dos lugares no governo e no partido”. Já o partido único constitui um conjunto homogêneo comandado por uma direção única. Em STP, o comandante, pode-se assim dizer foi Manuel Pinto da Costa com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

³ Guerra que teve início logo após a 2ª guerra mundial, em que os EUA e a União Soviética disputavam a hegemonia económica, política e militar do mundo.

O partido unificado era uma etapa intermédia entre o pluralismo e o partido único, sendo um meio e não um fim em si mesmo (LAVROFF, 1975).

Salvatori (1982, p. 250), acrescenta que o “sistema monopartidário totalitário é muito forte ideologicamente, e tende a limitar a participação e, periodicamente, a segregar e a expulsar seus membros”.

Para Fernandes (1997), os regimes de partido único podem distinguir-se conforme a natureza da sua ideologia, os meios mais ou menos violentos empregados e o grau de totalitarismo, e dividem-se, geralmente, em partidos comunistas e fascistas.

De acordo com o mesmo autor, o partido único absorve o Estado e a sociedade e, por conseguinte, detém o monopólio das atividades política e econômica e institui a violência como instrumento privilegiado da ação política. Tudo isto se justifica pela pretensão revolucionária em alcançar um nível elevado de bem-estar em geral.

Santo (2008) comenta que em África, a introdução do partido único foi feita muitas vezes de forma violenta, com perseguições, prisões, eliminação ou exílio de *leaders* da oposição.

Para Lavroff (1975) este sistema constituía um imperativo para os dirigentes africanos que vinham nele o remédio para todos os males que afligiam a África subsaariana. Este regime era encarado como o único meio que simultaneamente assegurava a unidade nacional e o desenvolvimento econômico. Objetivos que o tempo se encarregou de desmentir. Em nenhum desses países, o sistema monopartidário logrou registrar verdadeiros progressos de unidade nacional e menos ainda de desenvolvimento econômico. Ele acabou por constituir, isso sim, um instrumento de controle político através do qual o Chefe de Estado tentava prolongar a sua presença no poder e fazer fortunas.

De acordo com Seibert (1995) quando, em 1975, São Tomé e Príncipe ascendeu à independência, já o sistema de partido único tinha sido generalizado em quase todo o continente africano. Daí que não houve a necessidade de se submeter a outro regime transitório, tendo sido introduzido imediatamente o sistema em vigor na região, ou seja, o sistema de partido único.

Este autor diz ainda que, por outro lado, em certa medida, que o processo de transição já tinha sido realizado, mesmo antes da independência do território, quando em reunião de Agosto de 1974, em Libreville, Gabão, o MLSTP, ainda no exílio, absorveu os membros da Frente Popular Livre (FPL). A FPL foi fundada em Maio de 1974, tinha como fundadores Albertino Neto e sua esposa, Maria do Carmo Bragança e defendia uma federação com Portugal.

3 DO GOVERNO DE PARTIDO UNIFICADO DE REGIME SOCIALISTA PARA O MULTIPARTIDARISMO: DE 1975 a 1990

3.1 A estruturação do Poder Político do Estado Socialista na Iª República e a Constituição de 1975

Depois da independência em 12 de julho de 1975, o governo tinha como principal tarefa uma importante mudança estrutural de ordem política, a “reconstrução nacional que implicava, necessariamente, a destruição das estruturas herdadas do colonialismo” (JORNAL REVOLUÇÃO, Ano I, nº 5, 5 de setembro de 1975, apud, SANTO, 2008).

De acordo com a Constituição Política de 1975, esta tarefa estava confiada ao Estado santomense, dirigido pelo MLSTP, pois na Constituição esse movimento era a única frente de vanguarda revolucionária e, também a única força política dirigente da Nação, com poderes para determinar a orientação política do Estado Santomense.

Para prosseguir os objetivos da unidade nacional e política e, também da reconstrução nacional, o MLSTP estava estruturado da seguinte forma, de acordo com Santo (2008):

- o *Bureau* Político, que era o mais alto órgão político garantindo a independência e a unidade nacionais, a construção do Estado democrático e a realização da política definida no programa do MLSTP e era constituído por elementos do Comitê Central do qual era eleito em congresso;
- Comitê Central, formado pelos membros do MLSTP;
- Comissão de Política Nacional, estava ligado ao Comitê Central e sua função era a de coordenar e orientar as ações das organizações locais e distritais; e o
- Secretário Geral, que era o líder do partido e era eleito de 5 em 5 anos pelo *Bureau* Político, de cujas reuniões também presidia. Este passou a designar-se Presidente da República a partir de 1983.

A partir da sua estruturação, o MLSTP criou núcleos de atividades operacionais locais, designados comitês: comitês distritais e locais, de ação e comitês de zonas agrícolas. Foi a partir desses comitês que o Movimento conseguiu implantar-se em todo o território nacional e exercer a sua influência nas diversas cidades do país, escolas, nos locais de trabalhos e nas localidades (DANNY e RAY, 1989).

Paralelamente aos comitês, o MLSTP criou algumas organizações de massas para exercer uma maior influência junto à população. As mais importantes eram: a Juventude do MLSTP (JMLSTP), a Organização das Mulheres de STP (OMSTP), a Organização dos Pioneiros de STP (OPSTP) e o Grupo de Vigilância e Defesa Popular (GVDP). Esta última foi criada em 30 de março de 1978, com o objetivo de proteger o regime contra uma possível ameaça de imperialismo por parte de países estrangeiros (SANTO, 2008).

Após a independência em 1975, quando o país vivia um regime de partido único, foi aprovada a primeira Constituição Política do Estado, estabelecendo os diferentes órgãos de soberania, tais como a Assembléia Popular, Comissão Permanente da Assembléia Popular, Chefe do Estado, Governo e os Tribunais, mas tudo isso sem separação de poderes, ou seja, tudo estava sobre a alçada do Presidente da República Manuel Pinto da Costa e do seu partido, o MLSTP (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE STP DE 2002).

De acordo com o mesmo Relatório, o Presidente era eleito pela Assembléia Popular, sob proposta do MLSTP e era ao mesmo tempo, Presidente do partido no poder e Chefe do Governo. Existia a função do Primeiro Ministro, mas este era um simples coordenador da ação governativa, sob as ordens do Presidente da República.

Alguns pontos principais da Constituição de 1975 pertinentes ao trabalho são estes:

Artigo 19º, nº 1 da Constituição, a Assembléia Popular é o órgão Supremo do Estado e o mais alto Órgão Legislativo, dela emanando os poderes dos demais órgãos do Estado, e era constituída pelos seguintes membros (artigo 20º, nº 1):

- Os membros do Bureau Político do MLSTP;
- Os membros do governo;
- 13 representantes dos Comitês de Zonas;
- 2 representantes da Organização das Mulheres;

- 2 representantes da Organização da Juventude; e
- 5 cidadãos idôneos.

O nº 2 do artigo 20º da Constituição de 1975 diz que, “cabe ao MLSTP a responsabilidade da escolha dos candidatos para a Presidência da República”.

O nº 1 do artigo 25º diz o seguinte: “compete à Assembléia Popular deliberar sobre questões fundamentais da política interna e externa do Estado e controlar a aplicação da linha política, econômica, social e cultural definida pelo MLSTP” (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DE 1975, nº1, Artº25º).

O nº 2 do mesmo artigo diz que, “Como órgão supremo do poder do Estado, a Assembléia Popular tem o poder de modificar ou anular as linhas adotadas por outros órgãos do Estado que sejam contrários à orientação do MLSTP”.

Compete à Assembléia Popular eleger e demitir o Presidente da República, sob proposta do MLSTP (nº3 do artigo 25).

De acordo com o artigo 30º, “o Chefe do Estado é o Presidente da República, o qual é eleito pela Assembléia Popular pelo período de quatro anos sob proposta do MLSTP e é também o Comandante das Forças Armadas”, cabendo-lhe ainda as seguintes funções:

- Vigiar pela correta observância da Constituição e das demais leis da República;
- Convocar a Assembléia Popular, abrir e encerrar as suas sessões ordinárias;
- Criar Ministérios e definir as suas competências; e
- Nomear e demitir os membros do Governo.

O governo era constituído pelo Presidente da República e pelos Ministros (artigo 33º).

O nº 1 do artigo 37º diz que “O Governo interpreta e executa, de maneira criadora, as linhas fundamentais da política interna e externa estabelecidas pela Assembléia Popular, com vista à realização do programa político, econômico, social e cultural de defesa e de segurança definidos pelo MLSTP”.

Os Ministros são responsáveis perante o Presidente da República (nº 2 do artigo 38º).

Em relação à Justiça, o artigo 41º, nº 2 diz que “os membros do Tribunal Supremo são nomeados pela Assembléa Popular sob proposta do MLSTP”.

De acordo com Santo (2008, p. 25), a Lei nº 2/82, de 31 de dezembro de 1982, introduziu algumas alterações na Constituição de 1975 que se traduziram em um maior reforço do poder do MLSTP, sobretudo contra os adversários políticos (art.º 25º) e no reforço da ação das organizações das massas (nº 3 e 4 do art.º 4º).

Na revisão da Constituição de 1975, a Assembléa Popular passou a designar-se Assembléa Popular Nacional (nº 1 do art.º 28º), composta agora, por deputados eleitos pelas Assembléas Populares Distritais por um período de 5 anos (nº 2 do art.º 29º). Estas Assembléas Populares Distritais foram definidas como “órgãos superiores locais do poder do Estado” (art.º 56º).

O Chefe do Estado passou a ser eleito, também por um período de 5 anos de mandato (art.º 42º).

De acordo com Santo (2008), é possível notar que,

“a confrontação entre as duas estruturas (a organização do MLSTP e o Poder do Estado) permite concluir que, à luz da Constituição de 1975 e da retificação feita em 1982, o poder do Estado santomense era totalmente dominado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, funcionando aquele como um instrumento deste no prosseguimento dos seus objetivos” (SANTO, 2008, p. 25).

3.2 Conflitos políticos e ideológicos da I República

O entendimento dos conflitos no seio do MLSTP exige que se tenha conhecimento do órgão que lhe precedeu: o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP).

O CLSTP foi criado em São Tomé, no ano de 1960, tendo como fundadores mais importantes: Miguel dos Anjos Trovoada, João Guadalupe de Ceita, Leonel Mário D’Alva e António Pires dos Santos (SANTO, 2008).

Miguel Trovoada dirigiu o Comitê enquanto esteve no exílio em Libreville, Gabão, até 1965, quando foi acusado de apropriar-se dos fundos da organização. Para Santo (2008), o

real motivo do afastamento de Trovoada era a falta de ideias concretas e de iniciativas para a divulgação e engrandecimento do Comitê em São Tomé e Príncipe.

Após este acontecimento, os membros do Comitê dividiram-se, uns ficando no Gabão e outros indo para Acra, Gana. Mas, o Golpe de Estado em 1966 afastou o então Governo de Gana do poder e pôs fim a presença dos membros do CLSTP naquele país, ficando este praticamente desintegrado e remetido ao anonimato (SANTO, 2008).

Seis anos depois, em 1972, os membros do Comitê reuniram-se em Malabo, Guiné Equatorial, em congresso de nacionalistas africanos e transformaram o CLSTP em MLSTP e elegeram Manuel Pinto da Costa seu Secretário Geral (Jornal Revolução, Ano IV, nº43, 31 de Agosto de 1978, apud, SANTO, 2008).

Segundo Seibert (1995), Pinto da Costa foi escolhido porque ele era o único membro do Movimento que não rivalizava com nenhum outro membro.

Com o golpe de Estado em Portugal em 1974, o MLSTP transferiu-se de Malabo para Libreville, onde encontrou apoio do Presidente Omar Bongo e surgiu, desde então, como o único representante político do povo de STP (SANTO, 2008). No mês seguinte ao ocorrido em Portugal, foi criada em São Tomé a Associação Cívica Pró-MLSTP que era como um órgão operacional do MLSTP no território. Esta Associação promoveu inúmeras ações de agitação que conduziram a retirada dos portugueses de STP e, nessa medida, essa associação foi um precioso instrumento do MLSTP para pressionar as autoridades de Lisboa a iniciar as negociações para a independência do país. A Associação era liderada por Alda Graça do Espírito Santo, cunhada de Pinto da Costa. A Associação tinha tanto respeito e importância no país, que se não fosse a ligação e fidelidade da sua líder com Pinto da Costa, esta seria um órgão político opositor do MLSTP. Por causa das ações da Associação, muitos santomenses dizem que foram as mulheres santomenses quem conseguiram que os portugueses concedessem a independência ao país.

Em 26 de novembro de 1974 foi celebrado o acordo de Argel entre Portugal e uma delegação do MLSTP que conduziu à formação de um governo de transição em 21 de dezembro do mesmo ano. A proclamação da independência foi em 12 de julho do ano seguinte, e Pinto da Costa foi escolhido para ser Presidente da República, já que o MLSTP foi

reconhecido pelos portugueses como o único movimento capaz de assumir o país (SEIBERT,1995).

Após a independência, os conflitos político-ideológicos no país começaram, pois Pinto da Costa era a favor que o país tendesse ao socialismo, pois este tinha estudado na ex-República Democrática Alemã (RDA) e era amigo de Fidel Castro, enquanto que Miguel Trovoada e Carlos Graça eram amigos de Omar Bongo, presidente do Gabão e um defensor nato do Ocidente (SANTO, 2008). Não é coincidência que Trovoada vai exilar-se em Paris, França.

Embora pensassem de forma diferente, Carlos Graça foi nomeado Ministro da Saúde e Miguel Trovoada, Primeiro Ministro do governo de Pinto da Costa.

Face às vulnerabilidades no seio do partido, Pinto da Costa acabou por adotar um estilo ditatorial como método para a afirmação do regime e poder manter-se mais tempo a frente dos destinos do país. A dureza do sistema político-governativo levou muitos dos principais membros a abandonar o governo, o partido e até mesmo o país (JORNAL REVOLUÇÃO, 1980). Os que deixaram o partido, mas permaneceram no país, filiaram-se mais tarde ao PCD-GR.

Carlos Graça, aproveitando uma visita que faria à ex-RDA, em janeiro de 1977, afastou-se do governo e voltou para o Gabão para exílio, onde tentou sem sucesso oposição à Pinto da Costa. Nesta circunstância, a relação entre os dois países deteriorou, pois em julho do mesmo ano Pinto da Costa denunciou a tentativa de derrube do seu governo por Graça com a cumplicidade do governo do Gabão.

Nesse mesmo ano, nove cidadãos foram acusados de tentativa de golpe de Estado e sentenciados a 16 anos de prisão pelo Tribunal Especial para Atos Contra Revolucionários criado em dezembro de 1975. Um dos detidos, Loreno da Mata, morreria em setembro de 1978 e seria o único preso político a falecer na prisão durante a regime socialista monopartidário (NASCIMENTO, 2008).

De acordo com o mesmo autor, o regime caminhou para o endurecimento, no que influiriam a assessoria política, policial e militar de soviéticos e cubanos e a presença de um contingente das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Ainda em 1977, o MLSTP definiu-se como uma frente nacionalista de forças revolucionárias anti-imperialistas e anti-neocolonialistas.

O crescente aparato policial do Estado, que incluía uma polícia política, fomentou o medo, que se tornou uma arma do poder. Em março de 1979 o Tribunal Especial condenou Albertino Neto, Maria do Carmo Bragança (fundadores da FPL) e Orlando Graça⁴ a 21, 15 e 4 anos de prisão respectivamente e ilibanco José Frete da acusação de tentativa de assassinato do chefe do Estado Pinto da Costa (SANTO, 2001) .

O autor acima comenta ainda que, com o afastamento de Graça, Pinto da Costa decidiu promover uma verdadeira “limpeza” no governo e no partido, com o objetivo de consolidar o sistema de partido único.

Após neutralizar alguns de seus opositores, Pinto da Costa, tirou Trovoada como Primeiro Ministro e passou-o para o cargo de Ministro da Indústria, Comércio e Pesca e afastou Frederico Sequeira que tinha substituído Carlos Graça no cargo de Ministro da Saúde.

De acordo com Campos (2000), de 16 a 18 de Agosto de 1979, o poder enfrentou uma revolta popular, alegadamente contra o recenseamento⁵, em que avivou na sequência o conflito entre Pinto da Costa e Miguel Trovoada.

Para Hodges e Newitt (1989, apud SANTO, 2008), “essa revolta popular é justificada em protestos contra uma alegada medida governativa que obrigaria os cidadãos a trabalhar nas grandes plantações ou a pagar um novo imposto”. Para outros autores, esta revolta era por causa da despromoção de Trovoada. E por causa disso, Pinto da Costa interpretou que o ex-primeiro ministro Miguel Trovoada estivesse a instrumentalizar a população contra si e, em 5 de outubro de 1979 ordenou a sua prisão e conseqüentemente o seu afastamento do partido (Denny e Ray, 1988). No mês seguinte, Miguel Trovoada foi acusado de apoiar as intenções de assassinato de Pinto da Costa, permanecendo detido sem julgamento até Julho de 1981, após inúmeras pressões internacionais, principalmente de França e Portugal, quando seguiu para exílio em Paris que se estendeu até o fim do regime de partido único em 1990.

Cahen (1991 apud SANTO, 2008), diz que “muitos dos conflitos entre Miguel Trovoada e Pinto da Costa derivavam de investimentos mal concebidos, idealizados e

⁴ Personalidades que se destacaram na política santomense na época pós-independência.

⁵ Recenseamento de 1979: antes da independência, em 1937 os colonos que governavam o país tentaram contratar o povo santomense usando como pretexto o recenseamento. O povo tendo sido vítima dessa manobra, embora já passadas várias décadas, em 1979 (época pós-independência) quando o governo pretendia realizar o 1º recenseamento populacional, o povo reagiu aversivamente recusando-se a participar, receando que semelhantemente ao ocorrido em 1937, pudesse haver interesses dúbios do governo do MLSTP, na altura partido único no país. Em resposta a reação do povo, os militares em serviço do MLSTP detiveram inúmeras pessoas tendo havido agressão física e inevitavelmente psicológica de indivíduos (prioritariamente pertencentes à camada popular menos instruída).

financiados pelos países do Leste europeu. Como Trovoada mostrava-se descontente, era acusado de ser um contra-revolucioário e ligado a interesses ocidentais”.

Em fins de 1981, o Ministro de Defesa e Segurança Nacional, Daniel Daio foi afastado do governo por Pinto da Costa por não lhe ter comunicado sobre uma manifestação popular na ilha do Príncipe (SANTO, 2008).

No ano seguinte, Daniel Daio, Leonel Mário D’Alva e Evaristo Carvalho abandonaram o *bureau* político por discordarem da intolerância crescente do regime e da confiscação de três comerciantes nacionais acusados de sabotagem econômica (SANTO, 2008).

Denny e Ray (1989) explicam que, nessas condições, em 1982, Pinto da Costa era ao mesmo tempo, Presidente da República, Primeiro Ministro e Ministro da Defesa e Segurança Nacional. Em 1985, ele acumulava mais cargos, sendo além do exposto acima, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro do Planejamento e Comandante das Forças Armadas.

Dessa forma, até meados dos anos 80 entrou-se numa fase de maior fechamento político, acentuando-se uma inclinação autoritária por parte do Estado e mais precisamente por parte de Pinto da Costa. Este fechamento do regime também pôde ser visto como reação à rejeição popular do rumo político do país, expressa por exemplo, quando do recenseamento de 1979. Este fato constituiu um sinal de discordância entre os populares e os governantes e, em especial, do mal estar que se alastrava na população barrada nas suas possibilidades de manifestação política (CAMPOS, 2000).

Os fatos de então obrigaram o governo a apresentar uma justificação baseada numa aversão do que restou a tudo quanto lembrasse o contrato da era colonial. Nascimento (2008) afirma que os governantes recusaram interpretar os fatos de 1979 como uma reprovação de sua conduta política e econômica do país. Este autor aponta ainda que, embora alegassem defender o país dos inimigos externos e de alguns traidores da causa popular, os dirigentes do MLSTP passaram a montar um Estado na perspectiva da defesa contra as reações da população.

Entretanto, de acordo com Santo (2008), a situação no seio do partido e da sociedade santomense estava insustentável e já em 1984 o regime tinha esboçado alguns sinais de mudança.

De acordo com o Relatório do Ministério da Cooperação (1985), e isso deveu-se ao esgotamento do modelo clássico de “centralismo tecno-burocrático de desenvolvimento, fundamentado em grandes plantações agrárias que exigiam montantes avultados de investimentos. O mau funcionamento das estruturas da administração pública e de todo aparelho produtivo nas mãos do Estado eram geradoras de enormes ineficiências. E uma vez que as condições sociais da população eram cada vez mais precárias e muito limitada, a expectativa de promoção de uma parte dos elementos do MLSTP que se submetiam as regras de Pinto da Costa, provocou uma gradual desmobilização de outros simpatizantes do Movimento, pois interpretaram que o regime não cumpriu o prometido. O *slogan* de uma vida melhor para todos não passou de falsas promessas.

3.3 As crises econômica, social e política da década de 1980

No início da década de 1980 a seca que começou em finais da década de 70 e que se intensificou em 1983 e 1984 veio tornar mais obscuro o quadro de reprovação da população quanto a conduta política e econômica do MLSTP dado que, a profunda crise econômica e social acarretou em crise política, ao despertar as consciências dos cidadãos, particularmente da sociedade civil e do setor privado nacional (OLIVEIRA, 1993).

Bonfim (2000) afirma que, como resultado do que fora acima exposto, as dificuldades econômicas cresceram e, no caso do Príncipe ampliaram-se com a descontinuidade territorial. Esta ilha sofria de forma redobrada os efeitos da desarticulação econômica. Foi aí que em dezembro de 1981 tiveram lugar motins (manifestação), mais importantes pelo seu significado simbólico do que pelas suas consequências políticas, que o poder rapidamente controlou e dominou.

Nesta fase, comenta Bonfim (2000), o regime não enfrentou mais contrariedade, mas o desencanto nas ruas avolumou-se na razão das dificuldades econômicas do dia-a-dia. Estas influiriam poderosamente numa inflexão que poria termo ao radicalismo político. Na sequência da crise econômica e, em particular, das privações extremas de 1983-84, causadoras de subnutrição e da fome, o regime encetou pequenos passos no sentido da abertura econômica que não deixava de ter um carácter político.

Segundo o Relatório do Ministério da Cooperação (1985), em 1984 já tinha sido esboçado alguns sinais de mudança, devido ao esgotamento do modelo clássico de centralismo tecno-burocrático de desenvolvimento, fundamentado em grandes plantações agrárias que exigiam montantes avultados de investimentos por conta da seca.

Bonfim (2000) aponta ainda que estas dificuldades estavam a desarmar moral e politicamente os dirigentes, cada vez menos capazes de manter a coesão política e social. Esse desarme moral e político advinha das diferenças econômicas entre os dirigentes e a população, assim como da percepção da impossível continuidade da via trilhada até então.

Este autor continua dizendo que isso aumentou a propensão para continuar a condicionar política e socialmente a população que, apesar de politicamente contida e desarticulada não deixava de expressar veladamente a sua discordância. Contida a oposição interna, apenas restou a contestação política no exterior movida por alguns políticos expatriados, como por exemplo Miguel Trovoada.

3.4 A transição do regime socialista para o democrático representativo em STP: interpretações e divergências

Fragilizado pelo fracasso econômico, político e social, o regime socialista de partido único tornou-se alvo de uma contestação velada, a dado passo, também de militantes do MLSTP, os ditos renovadores (Rafael Branco, Guilherme Posser da Costa, Evaristo Carvalho, dentre outros), como relata Nascimento (2008). Após esta fase de contestamento, o MLSTP e mais precisamente Pinto da Costa não vê outro caminho senão a abertura política.

Várias são as visões e interpretações para a transição política:

- 1) De acordo com Branco e Varela (1998), a transição foi resultado da ação da minoria renovadora dentro de MLSTP, descontentes com a condução do país pelo Presidente Pinto da Costa;

- 2) Segundo Nascimento (2008), a oposição interna e a contestação de militantes renovadores tiveram consequências limitadas, pelo que a abertura se deveu, sobretudo a imperativos econômicos, ou seja, a transição foi consequência, não da movimentação popular ou da pressão dos militantes do partido, mas da persuasão dos doadores ocidentais (FMI e Banco Mundial), cuja capacidade de influência resultava da sua ajuda econômica;
- 3) A interpretação mais acarinhada pelos autores da época afetiva e politicamente ligados ao MLSTP, é de que a transição não foi imposta do exterior, mas resultando substancialmente da evolução do regime instaurado (BRANCO e VARELA, 1998);

De acordo com Santo (2008), o MLSTP necessitava introduzir mudanças no seu interior no sentido de o tornar mais flexível e o ajustar a nova situação do país, para que pudesse responder as exigências do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) das instituições de Bretton Woods.

Nesse mesmo ano, em 1985, assistia-se em toda África ao início de substituição do modelo soviético de economia de direção centralizada e planificada pelo paradigma de economia de mercado (SANTO, 2008).

Em resposta a essas pressões, Pinto da Costa demitiu dois ministros pró-soviéticos ficando ele mesmo a dirigir os respectivos ministérios até 1986, quando nomeou Fradique de Menezes para a pasta de Negócios Estrangeiros e Agostinho Rita para a pasta de Planeamento. O primeiro era conhecedor dos valores ocidentais, viveu muitos anos na Europa e era casado com uma belga. Agostinho Rita era economista formado em Espanha (SANTO, 2008).

De acordo com o Jornal Revolução de 1987, apud Santo, 2008, Pinto da Costa reconheceu a necessidade de abertura do sistema político-governativo a outros setores da população e a descentralização de poderes, mas era contrário a ideia do multipartidarismo, ou seja, ele podia até dividir a governação de STP com outros indivíduos, mas todos tinham que fazer parte do MLSTP.

Nesse contexto, mesmo em 1986, ele perdoou Carlos Graça e Miguel Trovoada, no exílio, e convidou-os a regressar ao país. O primeiro regressou em 1988 e aceitou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Além da acumulação de maus resultados econômicos, outros fatores também contribuíram para a débil situação do regime socialista:

- a redução da presença das tropas angolanas no território que protegiam Pinto da Costa;
- um número crescente de pessoas descontentes com o regime;
- a criação de forças políticas de oposição no exterior, a Frente de Resistência Nacional de São Tomé e Príncipe (FRNSTP);
- a perspectiva do fim da Guerra Fria e do desmoronamento do bloco leste, em finais da década de 1980; e
- a reunificação alemã.

Estes fatos encorajaram o setor social que mais contestava a exigir a abertura imediata do regime ao multipartidarismo.

Conforme Nascimento (2008), no ano de 1987, aceitou-se a existência de tendências no seio do Movimento e, com isso a mudança. Nesse mesmo ano o partido passou a ser denominado de Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Socialista Democrático (MLSTP/PSD).

Continuando a esboçar a abertura política, o Movimento organizou em dezembro de 1989 uma Conferência Nacional aberta a independentes. Em fevereiro de 1990, o denominado Grupo de Reflexão realizou uma reunião política, com o que antecipou a criação de partidos políticos (NASCIMENTO, 2008).

O autor acima citado relata que em maio de 1990, Miguel Trovoada regressou de Paris e foi triunfalmente acolhido pela população.

O processo de abertura política culminou no referendo em agosto de 1990, de uma Nova Constituição Política. O projeto redigido pelo constitucionalista português Jorge Miranda a solicitação de Pinto da Costa, foi emendado no sentido do aumento dos poderes presidenciais, mormente em matéria de Defesa e de Negócios Estrangeiros. Com a aprovação do dito projeto de Constituição inaugurou-se o regime multipartidário, também designado de II República (NASCIMENTO, 2008).

A Constituição de 1990 consagrou os direitos políticos e cívicos e designou como fonte de poder a vontade do povo expressa em sufrágio direto e universal. Organizados os

partidos, em janeiro de 1991, realizaram-se as primeiras eleições legislativas, ganhas pelo Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD-GR). Seguiram-se as presidenciais em março desse mesmo ano. Miguel Trovoada saiu eleito com 82% dos votos. Era o triunfo da “mudança”.

Nesse sentido, Nascimento (2008) aponta que a democracia representativa não pôs fim às tensões políticas nem ao agravamento das condições econômicas e por conseguinte, à descrença popular na governação do país.

3.5 Mudança da estrutura do Poder Político santomense e a Constituição Política de 1990

A crise política e social no país é agravada pela crise econômica e o poder vê-se obrigado a mudar a sua conduta de até então. Em 1987 a função do Primeiro Ministro é criada como Chefe do Governo. Este primeiro esforço de organização da política do novo Estado Independente começa a esgotar-se em fins dos anos 1980 e desaparece completamente com o desmembramento dos regimes socialistas da União Soviética e dos países da Europa Oriental em 1989. STP opta então pela alternativa de iniciar uma democracia pluralista, o que provoca mudanças notáveis de ponto de vista institucional na esfera pública. Com a adoção de uma nova Constituição Política e outro regime em 1990, nasce o que se convencionou chamar de II República (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE STP de 2002).

Com a nova Constituição de 1990, os órgãos de soberania ajustam-se a um Estado de Direito e é chegada a conclusão de que a soberania do Estado pertence ao povo santomense e a mesma é decidida através de sufrágio universal. São várias as Leis conforme a nova Constituição:

- Lei do Direito ao Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral;
- Lei dos Partidos Políticos, da Nacionalidade;
- Lei do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos;
- Lei das Comissões Eleitorais; e a
- Lei Eleitoral.

Legisla-se também para reformar o sistema judicial e ajustá-lo a um Estado de Direito:

- A Lei de Base do Sistema Judiciário; e a
- Lei Orgânica do Ministério Público e Estatuto dos Magistrados.

E para garantir o exercício dos direitos cívicos e laborais numa sociedade democrática, são aprovadas as seguintes leis:

- De Imprensa;
- Do Direito à Reunião e de Manifestação; e
- As Leis Sindicais, de greve e do Regime Jurídico das Condições Individuais de Trabalho.

A nova Constituição facilitou a autonomia do poder local e a descentralização, o que também é traduzida nas legislações correspondentes: Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, das Finanças Locais, Quadro das Autarquias Locais e da Autarquia Especial designada Região do Príncipe (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE STP de 2002).

Desde então São Tomé e Príncipe tem vivido sob um sistema multipartidário. Depois que a Constituição de 1990 entrou em vigor, a Assembleia Nacional legalizou formalmente os partidos políticos da oposição: Partido de Convergência Democrática- Grupo de Reflexão (PCD- GR) (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE STP de 2002).

Após a publicação da nova Constituição em 1990, foram realizadas eleições multipartidárias em 1991 pela primeira vez desde que o país se tornou independente. Candidatos independentes também foram autorizados a participar nas eleições legislativas de Janeiro de 1991 (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DE STP de 2002).

3.6 Os conflitos da II República: tentativas de “Golpe Institucional” de Estado

As disposições constitucionais, segundo Nascimento (2008) foram uma fonte de contestação política e institucional, um dado frequente desde os primeiros anos do multipartidarismo. A conflituosidade estalou quase de imediato entre o Presidente Trovoada e o governo no PCD-GR, antes aliados contra o MLSTP.

De acordo com Santo,

“os conflitos institucionais entre o Presidente da República e o governo, foram atribuídos injustamente a Pinto da Costa por ter sido este quem mandou redigir a Constituição da República de agosto de 1990. O equívoco todo é devido a alínea i) do art.º 76º da nova Constituição que diz o seguinte: Compete ao Presidente da República presidir o Conselho de Ministros sempre que o entenda”(SANTO, 2008, p.150-151).

Este autor continua dizendo que, nos meios locais e, particularmente no seio do MLSTP/PSD, existe a convicção de que Pinto da Costa introduziu aquela alínea na nova Constituição porque estava convencido que ganharia as eleições presidenciais de março de 1991. E, deste modo, continuaria a exercer o controle pela governação do país, embora já sem o total domínio que tinha quando exerceu no regime de partido único. Com a nova Constituição de 1990, STP passou a ser um Estado de Direito Democrático conforme descrito no nº 1 do artº 6º. E como adotou o modelo semipresidencialista de governação, a existência da citada alínea parece pôr em causa o princípio da independência dos órgãos de soberania. E o seu aproveitamento pelo Presidente da República não deixa de constituir um elemento de conflito institucional, na medida em que, em termos práticos, estavam criadas as condições para que este pudesse interferir em áreas que são da competência do governo, porque sendo o Primeiro Ministro, o Chefe do Governo, cabe a este presidir as reuniões ministeriais.

Segundo Santo (2008), tanto Miguel Trovoada quanto Fradique de Menezes aproveitaram-se deste ponto na Constituição em diferentes momentos para presidir o Conselho de Ministros, principalmente quando o Presidente da República e o Chefe do Governo eram de partidos opositores. E faziam-no conscientes de que esta atitude iria causar conflitos entre os dois órgãos de poder.

Na sequência do conflito entre o Presidente Trovoada e o governo no PCD-GR, elementos próximos de Trovoada criaram o Ação Democrática Independente (ADI), um partido de inspiração presidencial. Esse conflito levou na exoneração do então primeiro-ministro Norberto Costa Alegre e na antecipação das legislativas para outubro de 1994. Esta decisão foi denominada por Bonfim (2000, p. 89) de “Golpe de Estado Institucional”.

Em decorrência da instabilidade política houve tentativa de Golpe de Estado em 1995. Mas devido à vulnerabilidade do país, assim como à ausência de objetivos políticos precisos por parte dos golpistas, a normalidade constitucional foi reposta após negociações mediadas pelos parceiros internacionais como por exemplo Portugal e Angola (BONFIM, 2000).

Nos anos seguintes ao golpe, o país continuou a conviver com a instabilidade política, mas isso não impediu a alternância dos partidos políticos no poder conforme voto popular, nem limitou os direitos humanos, no que diz respeito ao exercício das liberdades políticas e cívicas (BONFIM, 2000).

Dez anos depois da primeira eleição livre para a presidência, em 2001, Pinto da Costa candidatou-se à eleição para presidente, mas a candidatura e a eleição de Fradique de Menezes, candidato do ADI saiu vencedor.

Este por sua vez, já presidente criara o partido Movimento Democrático- Força de Mudança (MD-FM). Fradique de Menezes tentou aumentar os poderes que caberiam ao presidente da República, o que voltaria a ser uma causa de conflitos. Em 2003 assistiu-se a nova tentativa de Golpe Militar. Em março de 2006, o MD-FM saiu vitorioso nas eleições legislativas e em julho do mesmo ano Fradique de Menezes reconquistou a presidência nas eleições que este concorreu com Patrice Trovoada, filho do ex-presidente Miguel Trovoada (BONFIM, 2000).

O curioso é que nessa eleição Patrice Trovoada fora apoiado pelo MLSTP, partido que então já foi opositor de Miguel Trovoada.

Durante o seu primeiro mandato, Fradique de Menezes tentou que o regime deixasse de ser semi-presidencialista para presidencialista, mas ao invés disso, este viu serem reduzidos os poderes presidenciais.

Porém, o partido por ele tutelado e ele mesmo arrecadaram sucessivas vitórias políticas em 2006 (incluindo nas autárquicas), indicadoras de uma inclinação popular para aceitar a condução do Estado por uma figura tutelar.

Nascimento (2008) tece considerações a esse respeito, referindo a existência de uma prática em STP a qual ele designou de uma “*fulanização*” do poder político – qual réplica da qual vigorou nos primeiros anos após a independência.

Este ainda ressalta que há quem a encare como uma possível via de resolução dos problemas do país.

Nascimento (2008) enfatiza que dentre as várias interpretações sugeridas pela história recente de STP, cabe ressaltar a permanente reconstrução de blocos em luta pelo poder, aliando ex-adversários e indispondo antigos parceiros. Realça-se, em contraponto, a aparente propensão para aceitação de uma liderança personalizada em desfavor da colegialidade e da regulação mútua entre os vários poderes e instituições do Estado.

4 SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS: DA PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA AO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ESTRUTURAL (PAE)

Neste capítulo serão abordados alguns aspectos que pode-se considerar relevantes na economia santomense, como os planos econômicos feitos depois que o país tornou-se independente com a adoção de uma economia centralizada até a inserção na economia de mercado com a implementação do programa de ajustamento estrutural, dentre outras coisas.

4.1 A planificação da economia: os programas anuais de investimento

De 1975 a 1978, a planificação da economia santomense foi feita com base em programas anuais de investimento e de realizações de ações.

O primeiro plano econômico de investimento foi introduzido em 1979, com o objetivo de estruturar e organizar a economia do país (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA COOPERAÇÃO, 1985). De acordo com o mesmo Relatório, tanto este plano quanto outros dois seguintes de 1980 e de 1981, acabaram por ser de urgência, pois seu objetivo era a criação de estruturas básicas ao funcionamento do país como a formação e preparação de quadros, estruturação de serviços, dentre outros.

Mas, conforme relata Santo (2008), estes planos foram na verdade concebidos com o objetivo de combater a sabotagem, a desorganização, o individualismo, a improvisação da economia e, principalmente promover o aumento da produção do setor exportador, assim como criar incentivos ao trabalho, não só de pessoas que trabalhavam nas roças, mas de todos: enfermeiros, professores, diretores, e outros.

Este autor diz ainda que, os planos foram considerados como um meio para a introdução de planos quinquenais, pois o objetivo do governo era a adoção de planos quinquenais e não de planos anuais.

De acordo com o Relatório do Ministério da Cooperação (1985), o plano quinquenal só pôde ser adotado entre 1986 – 1990, devido às dificuldades encontradas pelo MLSTP para organizar o funcionamento do país.

Entre 1982-1985, foi implementado um primeiro plano de desenvolvimento econômico e social. Este plano por ter tido a participação de várias estruturas do MLSTP e do governo de então e por ter sido elaborado com maior rigor, ficou conhecido como o “primeiro plano formal de desenvolvimento econômico do país” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DE COOPERAÇÃO, 1985, p. 36).

Conforme nos mostra Santo (2008, p. 62), devido à grande importância dos planos elaborados, embora nem todos realizados, “o governo decidiu dividir em 1980 o Ministério do Plano⁶ e do Trabalho e Previdência Social em dois ministérios: o ministério do Plano, entregue a Henrique Costa, irmão do Presidente da República Pinto da Costa, e o do Trabalho e Previdência Social”.

Com a distribuição dos ministérios desta forma, o autor acima acrescenta que, o governo pretendia concentrar mais atenção na estruturação da planificação e na execução e cumprimento dos planos e, por conseguinte, controlar todas as atividades econômicas do país, nomeadamente: a produção de bens agrícolas, os preços dos produtos, os salários, o comércio de bens exportáveis e importáveis de consumo.

Com relação às medidas programadas pelo Ministério de Plano, Seibert (1995) diz que muitas delas não foram executadas corretamente devido à ineficiência do aparelho burocrático, à escassez de quadros técnicos e, também, devido à excessiva intromissão dos elementos do MLSTP nas decisões de assuntos econômicos e administrativos.

De acordo com o Relatório do Ministério de Cooperação (1985, p. 37), no primeiro plano, o de 1979, foi previsto um investimento no valor de 13,7 milhões de dólares, mas apenas 6,6 milhões foram realizados, o equivalente a 48% do planejado. O investimento abrangeria diferentes áreas. Na área de habitação, apenas 10% do investimento previsto foi realizado; na educação 17%; na indústria 27%; no transporte e telecomunicações 33%; no subsetor agropecuário 38% e na saúde 63% do programado. Em matéria de produção, os subsectores das pescas, da construção civil e da cultura do cacau ficaram abaixo do previsto. Neste último, a produção foi 90% do valor planejado e 88% do volume de vendas em valor, e este por ser o único produto que auferia divisas para o país, prejudicou grandemente o volume de importações que eram tão importantes para o país. Estas importações, no entanto, sofreram uma queda de 23,6% do planejado.

⁶ Equivalente a planejamento no Brasil.

Os anos que se seguiram foram dramáticos para a economia do país, principalmente em relação à realização de objetivos de exportação de cacau, por causa da seca prolongada que teve início em finais da década de 70 e acentuou-se em 1983-84.

Em um país como STP, que vive da agricultura, a seca teve um impacto desmedido na economia, isto porque a seca fez diminuir a produção do único produto que gerava divisas para que o país pusesse importar alimentos e outros bens de consumo.

Para o MLSTP outros fatores também foram causadores do não cumprimento dos objetivos programados:

- A falta de compromisso com o trabalho por parte da população e dos diretores das empresas agrícolas exportadoras;
- A má utilização dos recursos financeiros;
- Dificuldades na realização de projetos de investimento; e
- A peste suína⁷ africana;

Para reverter à situação, o MLSTP ameaçou sancionar disciplinarmente os diretores das empresas exportadoras e ao mesmo tempo, procurou melhorar o relacionamento do país com o exterior para obter créditos em condições mais favoráveis e também reforçar os “laços” de amizade com os parceiros dos países socialistas (SANTO, 2008).

Com a persistente continuação de precariedade do setor produtivo exportador, o MLSTP realizou em 1982 um seminário sobre a “metodologia e disciplina da planificação da economia nacional, para corrigir os erros e melhorar os resultados desse setor”. Mas, como todos os assuntos relacionados à planificação da economia tinham que passar pela Direção do MLSTP, nem tudo era aceito, tornando as coisas mais difíceis (SEIBERT, 1999, p. 141).

O plano quadrienal de 1982 – 1985 também foi decidido neste seminário, ficando nele estabelecido como prioridade do governo, a correção dos erros do passado, o aumento do empenhamento dos responsáveis pelas empresas estatais e o aumento do envolvimento dos trabalhadores nas suas funções. Todos esses objetivos eram justificados com base na busca pelo aumento significativo de produtividade e da produção do cacau que gerava divisas ao país.

Santo (2008, p. 64) comenta que, para as autoridades locais, “este plano foi concebido com o objetivo de dar resposta aos difíceis problemas de gestão, planificação, organização da produção e do trabalho, abastecimento e venda dos produtos e de outros fatores que bloqueavam o processo de desenvolvimento econômico de STP”.

⁷ Peste que teve início em STP em 1979 e estendeu-se até abril de 1980 (Relatório do Ministério de Cooperação, 1985, p. 139).

Muitas esperanças foram depositadas nesses planos, mas por causa da sua má execução, os resultados esperados não foram obtidos. Sendo assim, conforme o Relatório do Ministério da Cooperação (1985), menos da metade dos investimentos programados foi realizado.

Neste plano quadrienal, era previsto um investimento de aproximadamente 90 milhões de dólares, dos quais 24% eram destinados à agricultura, 8% às pescas, 20% aos transportes e comunicações, 20% à indústria e energia, 11% a áreas sociais e 17% para outras atividades (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DA COOPERAÇÃO, 1985, p. 37).

Conforme o mesmo relatório, esse montante de investimento era muito elevado para as condições financeiras do país, na medida em que o valor do seu PIB em 1982 foi de 36,7 milhões de dólares. Esse valor, quando comparado com os compromissos assumidos pelo país anualmente (22,5 milhões de dólares) tornava-se muito reduzido para esses quatro anos. Desde modo, de acordo com Santo (2008), este plano estava em princípio “condenado ao fracasso”.

Como nesta altura o país estava com dificuldades para obter receitas devido à crise da seca que fez diminuir a produção do cacau, o governo fez empréstimos para suportar esses planos e acabou por contribuir para o agravamento da dívida externa do país. A dívida que em 1975 era de 300 mil dólares passou para 72,1 milhões de dólares de 1985, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1: Dívida externa do Estado em milhões de US\$ e seu % do PIB

Ano	Dívida externa	
	em milhões US\$	Dívida em % PIB
1975	300 mil	n.d.
1981	25,9	n.d.
1982	29,6	n.d.
1984	65,4	n.d.
1985	72,1	n.d.
1987	82,8	n.d.
1989	157,8	n.d.
1990	176,1	n.d.
1996	265,8	n.d.
1997	267,3	608,5
1998	292,6	71,07
2000	293,2	626,9
2001	303,3	648,0
2002	304,0	336,9
2003	321,0	340,2
2004	338,2	311,6
2005	340,6	296,2
2006	359,5	289,9
2007	108,2	74,6
2008	n.d.	n.d.

Fonte: BCSTP e INESTP

Legenda: N.D não disponível

E, como era de se esperar, os objetivos do setor exportador ficaram muito aquém das expectativas. Como pode ser visto na tabela 2, a produção de cacau passou de 7 mil toneladas em 1980 para 3 mil toneladas em 1984 e 1985 enquanto sua exportação baixou abruptamente de 7 mil toneladas em 1980 para somente 3 mil toneladas em 1985. Os preços no mercado internacional também não favoreceram a formação da receita do país. Como pode ser visto na tabela abaixo, esses preços, juntamente com a produção têm diminuído ano após ano.

O crescimento da dívida pública vem desde o início dos anos 80, quando o país resolveu fazer investimentos sem medida para diversificar a economia, por causa da diminuição da produção e conseqüentemente da diminuição da receita do principal produto de exportação, o cacau.

Tal como se indicou anteriormente, em conseqüência dos empréstimos contraídos para financiar os investimentos públicos e diversificar a economia, a dívida externa do país cresceu

fortemente ao longo dos anos 80. Ela elevou-se para mais do dobro entre 1984 e 1989, para atingir nessa altura cerca de 157,8 milhões de US\$.

Durante a década de 90 a dívida continuou a aumentar, particularmente devido à acumulação de atrasados e empréstimos condicionais dos seus parceiros tanto bilaterais, quanto multilaterais, atingindo em finais do ano 2000 o valor total de 293,2 milhões de US\$. O valor da dívida em 2006 foi de 359,5 milhões de dólares, equivalendo a 289,9 % do PIB e a mais de quarenta vezes o montante das exportações anuais do país.

Vale ressaltar que a partir do ano 2000, o governo vem tentando obter o perdão da sua dívida tanto com credores multilaterais quanto com bilaterais. Em 2007, conseguiu o perdão de quase 80% da dívida, ficando a dever apenas 108,2 milhões de US\$ aos credores internacionais.

Tabela 2: Produção, Receitas e Preços do cacau

Ano	Produção de cacau (toneladas)	Receitas de exportações de cacau em MI de US\$	Preço no mercado internacional / t
1973	11586	-	-
1974	10400	-	-
1975	5831,0	-	-
1979	7489,8	-	3492
1980	7035,5	-	2200
1981	5688,0	-	-
1982	4060,2	-	-
1983	4368,7	-	-
1984	3378,1	-	3192
1985	3847,6	-	-
1989	3707,2	-	1392
1990	2798,7	-	870
1991	3026,0	5,1	-
1992	3188,3	4,7	920
1993	3393,7	4,6	-
1994	2929,6	2,8	-
1995	3670,5	4,5	-

Fonte: Nascimento (2008, p. 68); Santo (2008, p. 178).

4.1.1 O plano quinquenal de 1986 - 1990

Com os maus resultados obtidos dos planos precedentes, o governo resolveu finalmente implementar o primeiro e único plano quinquenal de 1986 – 1990, que teve como colaboradores os doadores multilaterais (FMI e BM) e bilaterais, que se reuniram, de acordo com Santo (2008) na Conferência de Doadores em Bruxelas, em dezembro de 1985.

Diferentemente dos outros planos, este foi concebido para ser executado no quadro do modelo de economia de mercado em que a privatização da economia era um elemento essencial, ou seja, o Estado já não era o mentor da economia nacional, cabendo ao setor privado esta tarefa.

Conforme o Relatório do Ministério da Cooperação (1985), este plano quinquenal contemplava cerca de 100 projetos para todos os setores e atividades da economia e foi concebido para “promover o desenvolvimento acelerado até 1990”. Nele, o governo definiu os objetivos e os meios para executá-lo. Os objetivos estão descritos abaixo e os meios utilizados resultaram, essencialmente, em acordos com os doadores multilaterais.

Conforme o mesmo Relatório, os principais objetivos do plano quinquenal 1986 - 1990 eram⁸:

- Para o setor primário: segurança alimentar, aumento da produção de cacau e diversificação das culturas de exportação;
- Para os ramos de atividades de apoio à produção: apoio à produção do setor primário, garantia na segurança energética e abastecimento dos setores-chave; e
- Para o subsetor da indústria: promover a substituição de importações através da utilização das matérias-primas locais, para apoiar as atividades anteriores.

Neste plano, a produção alimentar foi considerada como elemento essencial, porque devido a seca a produção de produtos básicos para alimentação era escassa e a fome já se fazia sentir. Essa produção deveria basear-se na utilização crescente de áreas para o cultivo de bens de subsistência assegurada, principalmente, pela propriedade privada.

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura e Pescas (1998), desde 1985 até 1991, o governo distribuiu cerca de 10.500 ha de terras a cerca de 450 famílias, as quais deveriam apresentar em contrapartida um aumento significativo na produção de alimentos. Mas, parte dessas terras concentrava-se na posse de um número reduzido de pessoas, ligadas

⁸ Relatório do Ministério da Cooperação de STP (1985, p. 46).

ao MLSTP que, em geral, não se dedicavam à agricultura de subsistência, tornando essas terras improdutivas.

Segundo Santo (2008), em 1989 mais de 2/3 das terras que foram distribuídas a pequenos agricultores não foram sendo cultivadas devido à “ausência de meios para a produção, tais como: tecnologia, sementes, fertilizantes, equipamentos e acessibilidade ao crédito”. Embora o plano quinquenal tenha oferecido alguma ajuda financeira a esses agricultores, as dificuldades continuaram depois de 1991.

No que diz respeito à estratégia do desenvolvimento do subsetor da pecuária, a prioridade era apoiar a iniciativa privada doméstica pela diversificação da criação de gados. Com relação à pesca, no plano quinquenal, esse subsetor teria que produzir anualmente 6.800 toneladas de peixe, mas em 1990, constatou-se que a produção não havia sido maior do que 3.500 toneladas (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PESCA, 1998).

Para o subsetor industrial foram estabelecidas as seguintes metas, conforme o relatório do Ministério da Cooperação (1985):

- Para o ramo agro-industrial: substituição de importações e exportação de bens de produção interna com base em matérias-primas locais; os bens a serem substituídos eram: óleo vegetal alimentar, açúcar e álcool, alimentos para gados, enlatados (peixes, frutos) e água mineral.
- Para o ramo de materiais de construção: substituição de importações pela produção interna de material hidráulico, cálcio, argila, madeira, dentre outros; e
- Para outras atividades: fabrico de vestuário e produtos relacionados, tintas, massas alimentares e artigos de plásticos.

Para realização dessas metas, algumas fábricas estatais até que começaram a funcionar como é o caso da fábrica de Água Grande que confeccionava vestuários, a fábrica de cerâmica e a fábrica de álcool. Contudo, pouco tempo depois começaram a surgir interrupções freqüentes que conduziram a seu encerramento definitivo. A fábrica de cerâmica ainda encontra-se em funcionamento, embora produza pouco.

O governo de então planejou todos esses projetos, mas não teve capacidade de realizá-los, isto porque, de acordo com Santo (2008, p. 67), “havia uma gestão desleixada geradora de ineficiências, grande parte desses projetos não era adequado à realidade de São Tomé e Príncipe devido a inexistência ou até mesmo escassez de quadros experientes, ausência de tradição com relação à produção de bens e o tamanho do nosso mercado”.

O único projeto de produção que teve parcial sucesso foi no subsetor agroindustrial, com a empresa EMOLVE, na produção de azeite da palma, na Roça Ribeira Peixe, no sul do

país. Conforme o Relatório do Ministério da Economia (2000, p. 20), este projeto teve parcial sucesso porque, desde a sua inauguração em 1991, as estatísticas mostraram que, até ao ano 2000, esta empresa produziu sempre abaixo da sua capacidade produtiva instalada (1500 toneladas de óleo alimentar por ano). Em 1992, ano em que a produção foi maior, ela correspondeu a 63% do seu potencial. Em 2000, a produção foi de apenas 30% da sua capacidade produtiva. Segundo o mesmo relatório, problemas mecânicos (substituição tardia de peças), técnicos (insuficiência de matéria-prima), e outros relacionados com a má gestão contribuíram para a baixa da produção desse produto. Depois da quebra de produção de 2000, a fábrica entrou em crise e muitos dos que ali trabalhavam ficaram inativos ou perderam seus empregos.

Apesar de não ter estado a produzir em plena capacidade, a empresa EMOLVE cobriu grande parte das necessidades do país, no período 1991-2000, pois contribuiu para aumentar substancialmente o consumo interno de óleo alimentar e reduzir um pouco a sua importação.

Para Santo (2008), este projeto cumpriu um dos objetivos programados: criou e fixou postos de trabalho na parte sul da ilha de São Tomé, numa época em que emigração para a capital era grande, a densidade populacional desta região do país era muito reduzida e a população tendia ao desaparecimento.

4.1.2 O modelo de Substituição de Importação e a abertura para a economia de mercado

Desde a independência em 1975 que não se verifica a evolução significativa da economia de São Tomé e Príncipe, pois como já foi exposto, esta está fundamentada em apenas um produto: o cacau. As promessas de melhores condições de vida, de plena independência feitas pelos autores da libertação não é constatada em nenhuma questão. Os sinais de pobreza e de concentração de renda são visíveis, a taxa de desemprego vem aumentando e a economia afige rendimentos fracos (NASCIMENTO, 2008). Como mostra a tabela 3, a taxa de desemprego saiu de 4,6% em 1981 para 30% em 1995, um aumento de mais de 650%.

Tabela 3: Evolução da taxa de desemprego (%) em STP no período 1981-2005

Ano	Taxa de desemprego (%)
1981	4,6
1987	21,5
1990	27
1991	28
1992	27
1995	30
1997	30
1998	50
2000	14,4
2002	17,6
2005	16

Fonte: Nascimento (2008, p. 80)

O resultado da economia e a situação da sociedade santomense pós-independência refletem a forma como está se desenvolvendo a sua história econômica. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de STP (2002), a incapacidade dos dirigentes na execução dos planos adotados acarretou a quase dependência de um único produto exportador (o cacau), gerador de divisas levando os santomenses à miséria. O país depende do exterior tanto para obtenção da sua receita, quanto para o abastecimento com bens de consumo duráveis e não duráveis.

Segundo Nascimento (2008), durante todo o período colonial, o sistema de produção e exportação do cacau permaneceu o mesmo, tendo como base sempre, a mão de obra vinda do exterior; no primeiro momento utilizou-se a mão-de-obra escrava e depois recrutada de forma forçada em outros países de língua e expressão portuguesa, tais como Angola, Cabo Verde e Moçambique. As grandes companhias portuguesas proprietárias das terras que ocupavam cerca de 93% do país, além de não se interessarem em produzir outros produtos que não fossem destinados à exportação, fizeram de tudo para não mudar a sua produção e desenvolvimento, concentrando-se em Portugal as sedes sociais de suas companhias e também as residências dos trabalhadores e as instalações sociais, o que levou a muitos estudiosos do caso santomense de produção de cacau referirem-se às ilhas como “fábricas

rurais”. Para os colonizadores, o que importava eram os rendimentos auferidos por Lisboa, não o bem estar do povo das ilhas.

Em fins da década de 70, depois da independência, optou-se pela estatização de quase toda a economia e, em fins da década seguinte, pelo modelo da substituição de importações (SI), devido às privações que o país enfrentava. Este processo pode ser definido como um processo que leva ao aumento ou até mesmo a produção total interna do que antes se importava. O processo de substituição de importações, quando fruto da política econômica, é geralmente obtido pelo controle da importação e manipulação da taxa de câmbio. Em STP, este processo foi implementado devido as circunstâncias em que o país passou em finais de 1970 e início de 1980.

Nascimento (2008) aponta que semelhantemente a alguns países de língua portuguesa, em STP “este modelo desembocou na ineficiência econômica”.

A estratégia de SI como base para o desenvolvimento da indústria e da economia santomenses só foi experimentada pela primeira vez como um programa estruturado entre 1986 a 1990. Até então toda a estratégia de desenvolvimento baseava-se no setor primário exportador (SANTO, 2008).

Santo (2008, p.69) relata que o objetivo central da implementação do processo de SI era “desenvolver a indústria de bens de consumo básico, com base na produção de matérias-primas locais, para abastecer o mercado interno e também colocar o seu excedente nos mercados regionais”. Os subsectores escolhidos foram a agroindústria e os materiais de construção, visando estabelecer uma articulação entre o subsector agropecuário e a indústria de base, e assim diversificar a economia. O seu objetivo era estimular maior desenvolvimento deste subsector em particular, e da economia em geral.

De acordo com o mesmo autor, para facilitar o seu desenvolvimento, o Estado criou em abril de 1986, o primeiro Código de Investimento para atrair capitais privados nacionais e estrangeiros, para deste modo estimular a produção por parte de empresas privadas e mistas. Para isso,

“o artigo 2º deste código autorizava tanto o investimento privado, quanto o misto ou público em STP, enquanto o 8º concedia o incentivo da isenção dos direitos aduaneiros sobre exportação. Consoante os casos, os investidores foram beneficiados com outras isenções fiscais. De acordo com o artigo 22º, as empresas privadas estavam autorizadas a transferir os lucros ou dividendos em resultado do exercício das suas atividades, assim como a produção da liquidação dos seus

investimentos incluindo as mais-valias” (JORNAL REVOLUÇÃO, Ano XI, nº 466, e 27 de novembro de 1985, apud SANTO, 2008, p. 69).

Segundo Santo (2008, p. 69), a tentativa de substituição de importações em STP deve ser entendida essencialmente, como “uma via para a reabilitação da pequena base industrial do país cujas unidades estavam muito degradadas, descapitalizadas, obsoletas e inoperantes, depois da saída dos portugueses em 1975, e a introdução de outras”. Segundo o autor, a criação, ou até mesmo a recuperação daquelas indústrias precisava da aprovação dos parceiros internacionais do desenvolvimento, como o FMI, o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico de África (BADEA) e muitos outros bilaterais, pois o financiamento partiria deles.

Em troca das ajudas concedidas, os parceiros de desenvolvimento exigiram que houvesse uma abertura gradual da economia centralizada para a economia de mercado. As instituições de Bretton Woods também eram a favor dessa abertura.

Nessa altura, quase todo o continente africano estava se abrindo para a economia mundial. Mas em termos oficiais o MLSTP não se pronunciava em defesa da substituição de importação, e este processo não foi levado adiante para o desenvolvimento do país. A demonstração disso foi visível no primeiro governo pós-independência, quando este declarou e definiu com clareza o seu objetivo de manter a economia agrária das grandes plantações, como forma para desenvolver o país. Outro ponto visível é a continuação da meta do plano de 1979, no plano quinquenal de 1986 – 1990, com o desejo de ter como prioridade a agricultura e a pecuária, em particular, a produção do cacau e a pesca (SANTO, 2008).

Pinto da Costa reforça esse desejo no seu discurso em comemoração a mais um ano da independência em 12 de julho de 1986, no distrito de Pagué, na ilha do Príncipe, dizendo o seguinte:

“... essas medidas privilegiam o setor da agricultura, tanto na vertente de exportação como na alimentação e pecuária. A nossa agricultura de exportação irá, estamos certos, conhecer melhores dias, como resultado de iniciativas atempadamente levadas a cabo pelo Governo em cumprimento das orientações do MLSTP” (JORNAL REVOLUÇÃO, 24 DE JULHO DE 1986, apud SANTO, 2008).

De acordo com Santo (2008), “o processo de substituição de importação não traria benefícios para STP por causa das suas limitações de várias ordens e também devido ao condicionalismo geográfico do país”, pois este não tem indústrias com vantagens, isto é, seria muito oneroso produzir no país por causa do tamanho do seu mercado.

Para este autor, a estratégia de desenvolvimento para STP deve basear-se em atividades de serviços de exportação de *commodities*, como acontece com muitos Estados insulares, porque é no setor terciário que o país tem maior vantagem.

4.2 Da agricultura das roças à divisão da terra: a reforma agrária

Depois da introdução de um sistema político-governativo de partido único em 1975, o MLSTP adotou imediatamente um modelo de economia de direção centralizada e planificada, e elegeu a agricultura como a atividade econômica de base para a promoção de desenvolvimento de STP. Esta opção foi justificada com base nos seguintes argumentos do Presidente Pinto da Costa, extraídos do jornal do regime a Revolução, conforme Santo (2008):

“É sabido que a nossa fonte de riquezas é a agricultura. É da agricultura que o nosso povo retira o essencial para a sua existência. É também da agricultura que conseguimos colher os produtos agrícolas de exportação que são vendidos, garantindo assim a entrada de divisas ao nosso país. O nosso país, como a maioria dos países subdesenvolvidos, é essencialmente agrícola. Portanto, o nosso desenvolvimento tem de partir da agricultura” (Cf. Revolução, Ano I, nº 6, 12 de setembro de 1975, apud SANTO, 2008).

Sendo assim, de acordo com Bonfim e Santos (1992), o MLSTP procurou controlar então todas as principais explorações agrícolas do país que se concentravam nas mãos de portugueses. A posse das roças foi através do processo de nacionalizações de roças, executado com o Decreto Lei nº 24/75, de 30 de setembro⁹.

Bonfim e Santos (1992) relatam que, em 1975, 93% da terra para cultivo agrícola estava dividida entre médias e grandes roças e pertenciam a portugueses ou a sociedades com sede em Portugal. Os restantes 7% divididos em glebas¹⁰, de dimensão que variavam entre 1 e 2 hectares pertenciam a nativos. A diversificação de produtos agrícola nessas glebas permitiu a subsistência a muitos santomenses.

Nascimento (2008) relata que em 30 de setembro de 1975, nacionalizaram-se quase meia centena de roças, que se estendiam por cerca de 90% do solo criando-se vinte e duas empresas agrícolas, número posteriormente reduzido a quinze. Mais do que uma resolução

⁹ 30 de setembro é feriado nacional, pois é dia da nacionalização das roças.

¹⁰ Pedaco de terra.

para as roças abandonadas, a nacionalização das roças foi um meio de legitimação dos dirigentes independentistas, assim como de controle social e de preservação da posição relativa de vários grupos, mormente dos filhos da terra face aos ex-serviçais, principalmente os cabo-verdianos.

Para os atores políticos de 1975, a “devolução” das terras, extorquidas dos santomenses pelos colonos, equivaleu não a uma aventura induzida pelo ideário marxista-leninista, mas a um ato simbólico de justiça social, atenta a “ligação afetiva” do santomense a terra (NASCIMENTO, 2008).

O resgate da posse da terra equivaleu, conforme aponta Branco e Varella (1998, p.32-33), “à recuperação da dignidade dos santomenses, pois, de acordo com estes autores era deste modo que o regime colonial se servira para humilhar e oprimir”.

Segundo Bonfim e Santos (1992), a nacionalização das roças significou para o MLSTP, antes de tudo a libertação do povo de São Tomé e Príncipe da dependência do colonialismo que impediam não só o seu desenvolvimento, mas também o controle da riqueza nacional que eram as roças e suas respectivas plantações.

De fato, nas circunstâncias políticas de 1975, várias expectativas sociais foram canalizadas para a reivindicação e aceitação da reforma agrária. Segundo Nascimento (2008), o caso dos cabo-verdianos é um exemplo, pois, como se sabe, por estes terem sido a maioria dos serviçais que trabalhavam nas plantações agrícolas, principalmente na monocultura de cacau, eles teriam alimentado o sonho de apossar das roças ou até mesmo de ter cargos diretivos depois da independência, mas isso não aconteceu.

O autor acima aponta ainda que, com a reforma agrária e as suas pretensões, os cabo-verdianos, assim como outros ex-serviçais, permaneceriam trabalhadores, mantendo sua posição de subalternidade face aos santomenses encaminhados para os postos diretivos das novas empresas estatais.

4.3 Desorganização do processo produtivo exportador com o fim do colonialismo português

Depois que os principais cargos diretivos foram assumidos, majoritariamente por santomenses, constatou-se alguns anos depois, o decréscimo da produção do cacau.

Várias são as explicações para esse decréscimo:

- Decrescente fertilidade dos solos;
- Relação entre técnicas e tipos de cultivo, padrão de trabalho e ambiente político-social na época entre os santomenses e os ex-serviçais (principalmente os cabo-verdianos);
- Decisões políticas também foram um obstáculo na produção agrícola, sendo um fator de quebra das performances das roças e, em especial, da produção de cacau;
- Falta de experiências com o cultivo;
- A saída dos europeus, que levaram toda a experiência no processo produtivo; e
- Danos trazidos pela partidarização e a gestão burocratizada das empresas agrícolas.

De modo geral pode-se concluir que o decréscimo da produção deveu-se à degradação das relações sociais (entre os santomenses e os cabo-verdianos) nas roças nacionalizadas, cujas repercussões se contam também a baixa produtividade, o desinvestimento na produção e a descapitalização. A produção saiu de 11.586 toneladas em 1973 para 7035,5 toneladas em 1980 (OLIVEIRA, 1993).

Visto que a situação da monocultura do cacau só piorava, o Banco Mundial recomendou em 1985 que a economia fosse privatizada. A partir daí, toda a política econômica do país passou a estar condicionada pelas medidas das boas práticas concebidas no quadro do modelo neoliberal, e posta em prática através das condicionalidades do BM e do FMI.

Esta orientação do Banco Mundial fundamentou-se de acordo com Santo (2008), na constatação de que um dos graves obstáculos ao desenvolvimento da cultura exportadora e geradora de divisas em STP derivou da:

- Má gestão por parte dos governantes;
- Incapacidade de organização dos processos produtivos;
- Descapitalização das empresas;

- Monopólio do Estado na produção agrícola;
- Contínuo envelhecimento das plantações;
- Irregularidade na relação entre os meios técnicos e materiais; e
- Contínua baixa de produtividade de trabalho.

Depois de diagnosticar os erros cometidos pelo governo, na produção do principal produto de exportação, o cacau, as instituições de Bretton Woods sugeriram ao governo santomense que implementasse um programa de ajustamento estrutural (PAE), financiado pelo Banco Mundial.

4.4 A crise econômica de 1980 e a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)

Em finais do ano 1979, teve início no país uma prolongada seca que se estendeu e se agravou em 1983 e 1984. Esta teve repercussões na economia exportadora e também na de subsistência de produção local. Devido à acentuada baixa de receitas, o Governo viu-se sem meios para importar, de forma regular e no prazo adequado a quantidade suficiente os gêneros de primeira necessidade, enquanto que no plano interno, se constatava uma grande baixa de produção alimentar de origem local devido à seca. A seca transformou-se em profunda crise econômica que trouxe consigo a crise social e política, ao despertar a consciência dos cidadãos, particularmente da sociedade civil e do setor privado nacional. Nesta época, faltou comida, produtos de higiene, dentre outros, pois o Estado era o único que podia importar e sem divisas provenientes do setor exportador este estava sem condições para fazê-lo.

São vários os elementos que levaram à crise econômica nos primeiros anos de 1980:

- Envelhecimento dos solos;
- Saída dos portugueses, com suas técnicas e experiências;
- Degradação das relações sociais entre o santomense e os ex-serviçais;
- A seca;
- Falta de investimento no processo produtivo;
- A peste suína; e a
- Dependência do exterior.

Os maus resultados da economia centralizada vistos até aí, determinaram a necessidade de o Governo dotar as instituições públicas de uma maior capacidade de organização e gestão, através da aceitação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), adotado em 1987, acordado com o Banco Mundial (Relatório de Desenvolvimento Humano de STP 2002).

O PAE é um instrumento de ação que foi concedido pelos países ocidentais, através de instituições como o FMI e o BM para viabilizar a economia dos países pobres. Este programa constituiu uma tradução do Plano Marshall¹¹ aplicado pelos países do ocidente aos países da periferia e, em particular, aos países da África Subsaariana (GABAS, 1988). Mas contrariamente ao Plano Marshall, as hipóteses de base que sustentam este programa chocam com as realidades dos países pobres, pois este programa tem ligação com o paradigma neoliberal que foi concebido para explicar o funcionamento das economias desenvolvidas e assim não considera nenhuma dimensão humana no processo de desenvolvimento (SANTO, 2008).

Em STP, o PAE foi introduzido em meados de 1987, num momento em que a sua economia atravessava uma profunda e prolongada crise econômica. A partir dessa data, toda a economia do país passou a estar condicionada pelo PAE, e, conseqüentemente, todas as reformas econômicas que depois foram introduzidas a partir de 1991 foram executadas no âmbito desse programa (SANTO, 2008).

Seus principais doadores multilaterais foram: a Agência Internacional do Desenvolvimento-Banco Mundial (AID-BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Europeu de Investimento (BEI), a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Programa Especial para África (PEA) e o Banco Africano (BA) e alguns bilaterais França e Suécia (SANTO, 2008).

Logo após a sua introdução, o Banco Mundial disponibilizou a quantia de 17 milhões de dólares para a reabilitação da plantação de cacau, a diversificação da produção agrícola e à manutenção da floresta, pois estes eram os setores que precisavam com urgência de especial atenção (BARBOSA, 2001).

O PAE foi adotado por fases em STP em função dos objetivos fixados.

¹¹ Plano do governo norte-americano que consistiu na reconstrução da Europa após a 2ª grande guerra, para que os EUA pudessem ter mercado para escoar os seus produtos.

A primeira fase deste programa decorreu entre 1987 e 1989, e tinha como principais objetivos a implementação de políticas de estabilização institucional, como a desvalorização da moeda local, diminuição do déficit público, com a diminuição da função pública e aumento das receitas fiscais, a diminuição da dívida externa que não cessava de aumentar (BARBOSA, 2001). No período 1988-89, o PIB teve um crescimento modesto de 2 e 3% respectivamente, explicado pelo aumento na produção do cacau, que saiu de 3900 toneladas em 1987 para 5700 toneladas em 1989.

A primeira fase deste programa não correspondeu às expectativas, pois de modo geral, a população perdeu o seu poder de compra, com a desvalorização da moeda face aos produtos que continuavam a ser importados, o desemprego aumentou, pois muitos trabalhavam para o Estado, e, conseqüentemente, a educação e a saúde deterioraram-se.

De acordo com o Relatório do PNUD (1995), o período de 1990 a 1992 seria para a implementação da segunda fase do PAE, mas devido à transição política que ocorreu também neste período, este Programa estava praticamente suspenso porque os políticos estavam ocupados com os preparativos das eleições legislativas e presidenciais de 1991.

Por outro lado, Campos (2007) diz que, o Governo de STP suspendeu a segunda fase deste programa porque este achou que as suas medidas eram demasiadamente rígidas para serem postas em prática.

A interrupção da execução do PAE naquele período provocou um maior desequilíbrio, sobretudo a nível orçamental e monetário, na medida em que o BM e o FMI suspenderam as ajudas financeiras no país, uma vez que o governo do MLSTP não estava a implementar as medidas das reformas económicas restritivas que tinham sido planeadas, como por exemplo, a diminuição do nível de emprego na função pública, que era considerado um estrangulamento no Orçamento Geral do Estado (OGE) (RELATÓRIO DO PNUD, 1995). O mesmo relatório dizia que o MLSTP estava mais empenhado em ganhar as eleições que se avizinhavam para não perder o poder, do que dar atenção aos problemas do país.

O PIB de STP desde a independência, sempre foi composto por uma grande fatia de ajudas de entidades internacionais. De 1975 a 1986, período pós-independência e antes da implementação do PAE, o país contou com uma ajuda média anual com 7,6 milhões de dólares provenientes de instituições multilaterais e bilaterais. De 1986 a 1995, a média anual foi de 51 milhões de dólares.

Ganhas as eleições legislativas pelo Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão, o Banco Mundial e o FMI recomendaram com urgência que fossem cumpridas as

medidas tais como a mais uma desvalorização da moeda e a diversificação da economia para outros produtos essenciais, coisa que o regime anterior não cumpriu (ROMANA, 1996).

Seibert (1999) relata que outra razão que influenciou a decisão das instituições de Bretton Woods na suspensão do PAE foi a atitude do Governo santomense de ter contraído um empréstimo de US\$ 500 mil dólares para adquirir casas pré-fabricadas que nem sequer constavam dos planos das reformas estruturais.

Sendo assim, a segunda fase do PAE só foi retomada e implementada no período entre 1993 a 1995 e tinha como objetivo central, aumento da produção agrícola, estabilização da demanda e a implementação de reformas estruturais para que o país pudesse oferecer bens e serviços de forma adequada. Esta fase do programa também contemplava vários setores e atividades da economia, entre os quais: a reabilitação da cultura do cacau, diversificação da agricultura exportadora, o desenvolvimento das pescas, do turismo e de outras iniciativas geradoras de riqueza.

O objetivo deste programa era a correção dos desequilíbrios macroeconômicos, melhorar os investimentos públicos e promover o crescimento econômico, com políticas como a diminuição das despesas públicas, redução da dívida externa, entre outros (NASCIMENTO, 2008). A privatização das empresas e a abertura do mercado santomense para capitais estrangeiros também faziam parte da estratégia deste programa para o crescimento e desenvolvimento do país.

Outras medidas que constavam na segunda fase do PAE: distribuição de terras a pequenos e médios agricultores locais, a passagem da gestão de empresas agrícolas e exportadoras a operadores privados estrangeiros e nacionais, desenvolvimento do setor privado da economia, liberalização das trocas comerciais, introdução de mecanismos de preços livres, câmbio flexível, reformas do sistema fiscal, financeiro e monetário e do setor público administrativo, bem como uma melhor gestão da dívida externa (Relatório do PNUD, 1995). Para execução de algumas medidas, como desequilíbrio macroeconômico já tinha sido criado o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) em agosto de 1992.

De acordo com o Ministério dos Assuntos Econômicos e Financeiros (1995, p.25) durante a segunda fase do programa, estava prevista a implementação de uma reforma fiscal, a reestruturação do sistema financeiro e a contenção de políticas monetárias e fiscais. Nesse período, o saldo do Orçamento Geral do Estado deveria evoluir de um déficit superior a 4% do PIB para 2% em média por ano, e um aumento do peso das receitas fiscais no PIB não superior a 23%.

Nesse sentido, eram esperados aumentos dos impostos nos derivados de petróleo, contenção salarial e mais redução dos empregos na função pública, redução das transferências orçamentais para as empresas públicas (principalmente agrícolas), aumento de impostos para produtos importados (bens de consumo) e abolição dos subsídios à Empresa de Água e Eletricidade (EMAE). Para garantir que a arrecadação dos impostos seria realizada de forma correta, o FMI recomendou que fosse contratada uma empresa independente credível para tal.

No mesmo relatório está que as medidas até que foram executadas e, excluídos os juros da dívida externa, permitiu a redução do déficit orçamental por alguns anos. Com isso, pode-se afirmar que o PAE teve um efeito favorável a nível fiscal, mas ainda assim ficou muito aquém do planejado. No mesmo relatório está que, as medidas anunciadas não foram executadas como tinham sido planejadas porque as autoridades locais as interpretaram como irrealistas.

De modo geral, os resultados do PAE não foram satisfatórios, pois, de acordo com Barbosa (2001), o PAE fez aumentar:

- A pobreza, com a redução dos salários e aumento do custo de vida;
- A dívida externa, sucessivos empréstimos contraídos com os doadores multilaterais e bilaterais para execução das medidas programadas e que não foram realizadas;
- O desemprego, muitos que trabalhavam na função pública perderam seu emprego, para que o Estado pudesse diminuir a sua despesa;
- A inflação, devido a depreciação da moeda nacional;
- A corrupção, gerada pela quantidade de dinheiro que era doada pelas instituições internacionais e que eram “saqueadas” por quem devia geri-lo em benefício do povo; e
- Reduziu a capacidade produtiva dos setores doméstico e exportador do país, pois com o passagem da gestão de empresas agrícolas para o setor privado, muitos abandonaram as roças, tornando-as improdutivas.

Barbosa (2001) comenta que, no setor monetário a moeda nacional sofreu uma desvalorização média acumulada, em relação ao dólar, na ordem de 613% entre 1991 e 1995. Essa desvalorização foi sentida nas altas taxas de inflação: 40,5 % em 1990 e 29,5% em 1995.

A desvalorização da moeda foi justificada para que fosse reduzida a importação, melhorar o saldo da balança de pagamentos e aumentar a competitividade das exportações e diversificar a agricultura. Contudo, até 1995, esses objetivos não tinham sido alcançados.

Segundo Chossudovsky (1999), em um país como São Tomé e Príncipe, a taxa de câmbio é de longe o mais importante instrumento de reforma macroeconômica, isto porque a

desvalorização da moeda afeta as relações fundamentais entre a oferta e a demanda numa economia.

Este autor continua dizendo que “a desvalorização da moeda é freqüentemente exigida como condicionalidade para a negociação de empréstimo de ajuste estrutural. É exigida que a desvalorização da moeda seja atrelada ao padrão dólar, sendo este um objeto-chave da agenda oculta das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial)”. Segundo este autor, as instituições de Bretton Woods exigem a desvalorização da moeda nacional para que o país possa pagar com suas receitas a sua dívida externa.

As sucessivas desvalorizações sofridas pela moeda santomense resultaram em abrupto aumento dos preços levando a uma diminuição dos rendimentos reais auferidos pela economia. Como pode ser visto, a taxa de inflação durante o período em que o PAE foi implementado (1987-89 e 1993-95), subiu ligeiramente no primeiro momento, diminuindo depois e voltou a subir tendo como causas as despesas para as campanhas eleitorais em 1996 não previstas no OGE, ocasionando em um aumento do déficit orçamental.

Tabela 4: Evolução da taxa de inflação em (%) de STP no período de 1980 a 1997

Ano	Taxa de Inflação %
1980/1988	18,1
1987	25,0
1988	41,2
1989	44,8
1990	40,5
1991	36,1
1992	27,4
1993	21,8
1994	37,7
1995	29,5
1996	45,0
1997	80,5

Fonte: Nascimento (2008, p. 73)

O crescimento do país que tinha sido programado para ser de 6% a 7% do PIB entre 1991 e 1995 foi um modesto crescimento de 1,5% para 1991 e 3,5% para 1995.

Contrariamente ao previsto no PAE, o crescimento mais alto em 1995 não derivou de um aumento de produção do setor exportador, mas sim da contribuição do setor terciário (comércio, transportes e administração pública) que, como se sabe, não é gerador de divisas

(INESTP, 1998). Conforme a tabela abaixo, o setor primário vem tendo menor participação na composição do PIB desde a década de 1980. O contrário é visto no setor terciário, com destaque para os serviços públicos e o turismo.

Tabela 5: Participação dos três setores da economia em % do PIB no período de 1988 a 2000

Setores % PIB	1988	1990	1991	1993	1994	1997	1998	2000
Primário	28,9	30	29,3	22	25,5	20,4	20,1	20,1
Secundário	10,7	10	11,1	13,5	20,1	19,9	17,3	17,3
Terciário	60,4	60	59,6	64,5	55,4	59,7	62,6	62,6
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do INESTP (2008).

Embora o PAE tivesse sido planejado e apoiado pelo FMI e o BM para ser um projeto ambicioso e progressivo, a sua execução até 1995, não produziu os efeitos esperados. A produção e exportação de bens do setor exportador continuaram em queda. Não foi conseguida a redução do desequilíbrio das finanças públicas. A moeda nacional continuou a revelar-se muito frágil, a taxa de inflação elevada e a dívida pública insustentável. Isso fez com que a pobreza se agravasse e se atingisse uma maior base social com a degradação dos serviços de saúde e de ensino, bem como a deterioração do poder de compra dos salários reais da população (SANTO, 2008).

Como pode ser constatado na tabela abaixo, no período da execução do PAE, a exportação de produtos não teve melhora, permanecendo em torno de 5 milhões de dólares. Esse montante é insuficiente para um país que importa 80% do que consome.

Tabela 6: Exportações (F.O.B(a)) e importações (F.O.B) santomenses em milhões de US\$ e em variação % com relação ao ano anterior no período de 1980 a 1995

Ano	Exportações		Ano	Importações	
	mi USD (F.O.B)*	Variação %		mi USD (F.O.B)	Variação %
1980	20,0	-	1980	n.d.(b)	
1985	5,0	-97,5	1985	n.d.	
1990	4,3	-14,0	1990	n.d.	
1991	6,0	39,53	1991	n.d.	
1992	5,3	-11,67	1992	n.d.	
1993	6,5	22,64	1993	-25,6	-
1994	5,9	-9,23	1994	-24,3	-5,08
1995	5,1	-13,56	1995	-23,4	-3,70

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BCSTP e do INESTP (2008)

Legenda: (*) Free on board

De acordo com o Relatório do Ministério dos Assuntos Econômicos e Financeiros (1995), muitos fatores influenciaram no mau desempenho do PAE:

- Inadequação de algumas medidas executadas;
- Fraca capacidade institucional para assegurar a realização completa dos compromissos assumidos: empréstimos avultosos; e
- Elevado custo social do PAE.

De acordo com o Relatório do PNUD (1995), a insuficiente capacidade de estruturas institucionais para prosseguir a execução das medidas foi considerada como uma das principais razões do insucesso do PAE, pois, as estruturas hierárquicas de poder de decisão e de funções, provavelmente, não estavam em sintonia uma com a outra.

Para Santo (2008), por vezes, colocavam-se dúvidas sobre quem deveria decidir sobre certos assuntos e outras vezes havia decisores a mais para um mesmo problema. O autor ainda comenta que, uma vez que as decisões fossem tomadas, não se sabia quem teria que executar quais funções.

Tudo isso contribuiu para a estagnação do sistema econômico e as enormes insuficiências do país em matéria de organização das estruturas institucionais com os inevitáveis inconvenientes que este tipo de organização provoca: conflitos institucionais, atrasos nas decisões sobre questões vitais, ineficiência na concretização das medidas tomadas e a corrupção associada.

Segundo (PNUD, 1995), o mau funcionamento das instituições permitiu muitos ministérios a procurar financiamentos isoladamente para os seus projetos sem atenderem, na maioria das vezes, a critérios de rentabilidade, capacidade de absorção do país ou a coerência com outros ministérios.

A conseqüência disso foi a não coordenação interministerial sobre a gestão dos projetos e dos recursos externos recebidos. Esta descordenação acabou também por favorecer, grandemente, o fenômeno da corrupção.

Por causa do que Santo (2008) chamou de “anarquia”, o BM no início de 1996, chegou a propor que todos os fundos de ajudas externas passassem a ser geridos por uma das duas representações da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelecidas no país.

Entretanto, o governo reagiu e admitiu criar um novo clima de entendimento.

De acordo com Santo (2008), o PAE ignora a integração das estruturas de produção, recursos, valores sociais e culturais específicos dos países em vias de desenvolvimento, quando esses elementos são muitas vezes considerados como essenciais ao processo do desenvolvimento.

Para Gabas (1988), se o insucesso do PAE em STP é atribuído ao mau funcionamento do aparelho do Estado, o seu insucesso teve origem, essencialmente, na má adaptação da moeda nacional santomense que foi criada em contrapartida da importação de bens. Ela foi utilizada em bens de consumo imediato proveniente do exterior e não em investimento produtivo. Segundo este autor, isso aconteceu porque, nos países em via de desenvolvimento em geral, e em STP em particular, a capacidade de produção interna é reduzida, ou inexistente, quase tudo é importado.

Brunel (1993 apud SANTO, 2008), “garante que o insucesso do PAE na África subsaariana resultou de aumentos gigantescos de despesas públicas e de esbanjamento de dinheiro público. Ele comenta ainda que em STP, a fragilidade da estrutura produtiva, a penúria de quadros técnicos e baixos salários, baixa cotação do cacau no mercado internacional, que gera diminuição de divisas, e o elevado peso do serviço da dívida externa contribuíram para o insucesso do PAE”.

Mas o PAE trouxe também coisas boas. Embora não tivesse alcançado muitos dos objetivos programados, as suas intervenções, mesmo sem serem eficazes e eficientes foram, ainda assim, importantes para as mudanças estruturais que ocorreram no país.

O Programa contribuiu para a transformação do tecido econômico e social, saindo de uma economia centralizada, tendo o Estado como o único personagem para um sistema de economia de mercado, a reforma do sistema financeiro, fiscal, monetário e de administração

pública, a privatização do sistema de empresas do Estado para a criação de pequenas e médias empresas, a criação de um grupo social de pequenos e médios agricultores locais e a redução da desordem na administração pública, com a criação do Banco Central em agosto de 1992 e dos investidores privados nacionais e internacionais.

Como até o ano de 1995, o PAE tinha falhado com relação aos objetivos propostos, as autoridades políticas locais defenderam a reformulação do modelo inicial de modo a torná-lo mais realista face às condições do país (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS, 1995).

Segundo comenta Santo (2008), o BM reconheceu em meados de 1996, o fracasso do PAE iniciado em 1987, e anunciou, no mesmo ano, outra modalidade de assistência para STP. Com o objetivo fortalecer e estimular o crescimento do setor privado, estimular a adoção das medidas contra a pobreza e o controle do endividamento de origem multilateral, o Banco Mundial propôs como ação, a ser realizada no curto prazo, a melhoria da gestão dos fundos públicos e aceleração das reformas do sistema financeiro. Para a política fiscal, o FMI sugeriu que fossem adotadas medidas rígidas para aumento das receitas públicas (cobrança de impostos) e simultaneamente reduzir as suas despesas: limite de investimentos com recurso interno, aumentos salariais apenas para quadros qualificados e competentes, diminuição da reserva em divisas de 50% para 30%.

O Banco Mundial também enumerou quatro pontos de estrangulamento para a transição para uma economia de mercado em STP: incapacidade de diversificação da economia, má gestão das ajudas externas, elevado peso do endividamento e o aumento da pobreza.

O governo de então aceitou a nova estratégia do BM e concordou com a enumeração dos obstáculos ao processo de reformas econômicas do país, mas argumentou que eles são uma consequência da ausência de uma estratégia global de desenvolvimento, herança de uma economia centralizada e planejada e aceitação de um modelo externo de reformas sem um prévio debate interno alargado (SEIBERT, 1999).

Sendo assim, pode-se dizer que para um país como São Tomé e Príncipe, as políticas para seu desenvolvimento devem ter em conta as reais necessidades do país e respeitar as suas condições geográficas, humanitárias e econômicas, etc.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou apresentar as razões econômicas e políticas que levaram o Governo da 1ª República (1975 – 1990) de São Tomé e Príncipe de regime socialista de partido único e economia centralizada à transição para o regime democrático com multipartidarismo e de economia de mercado.

Depois da independência de Portugal em 1975, São Tomé e Príncipe adotou através do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) o regime socialista de partido único, próximo ao chamado modelo nacionalista marxista-leninista de economia centralizada.

Em finais da década de 1970 e na primeira metade da década de 1980, São Tomé e Príncipe viveu situações políticas e econômicas como a seca que acabou por se transformar em crise econômica e conflitos políticos que determinaram o rumo da sua história. Essas crises foram tão marcantes que o país viu-se obrigado a abandonar o regime socialista que adotou desde a sua independência para uma democracia pluralista. Sendo assim, foram implementados planos econômicos com a ajuda de instituições internacionais para que o país pudesse sair das dificuldades em que se encontrava. Devido a inúmeras razões apresentadas ao longo do trabalho, muitos desses planos não foram cumpridos, condicionados assim o desenvolvimento do país.

Como país pobre, insular, de clima tropical, sem estrutura e cultura de produção industrial que é, STP para obter desenvolvimento deve implementar uma série de coisas como: a formação de quadros para servir com eficiência, pois um país sem pessoal qualificado não tem condições para obter crescimento e desenvolvimento; fazer uma reforma na administração pública, afastando pessoas que deveriam já estar aposentadas e dar lugar a quem quer trabalhar e que tem condição física para tal; reformas das instituições, de modo que possam trabalhar com transparência; acabar com a corrupção, clientelismo e com apropriação do bem público de modo que este seja gerido de forma transparente e que beneficie a todos os filhos de STP; procurar diversificar a economia agrícola, e que se substitua algumas importações de modo que o país não fique tão dependente do exterior; implementação de políticas menos agressivas para que possa trazer benefícios e não condicionalismo ao povo e implementação de medidas conforme a situação, característica e necessidade do país, como por exemplo o turismo, que é uma das apostas do Governo atual, pois STP são duas ilhas maravilhosas e que

devia seguir o exemplo de outras ilhas que tendo falta de recursos naturais investira na sua natureza e assim no turismo.

De acordo com o exposto acima, pode-se simplesmente concluir que a transição para a economia de mercado, para o multipartidarismo e para a democracia pluralista, se fazia necessário e teve como causa o descontentamento do povo e dos opositores, a perda de controle do país por parte de Pinto da Costa e principalmente a crise econômica que estava a condicionar o povo a sobrevivência, porque sem comida não há sociedade que agunte.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, José Gomes, 2001, Políticas públicas e estratégia de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG – UTL

BONFIM, João do Sacramento, 2000, **Os processos migratórios em São Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa**, dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

BRANCO, Rafael e VARELA, Afonso, 1998, **Os caminhos da democracia**, Amadora.

CAMPOS, Fernando Rui de Sousa, 2000, **A cooperação internacional face às estratégias políticas e de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe**, dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa.

CHOSSUDOVSKY, Michel. A GLOBALIZAÇÃO DA POBREZA: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. Moderna, 1999.

DENNY, L. M. e RAY, Donald I. (1989), “**Sao Tome and Principe**” in **Marxist Regimes**, London, Great Britain.

FERNANDES, António Teixeira. 1997, A Sociedade e o Estado: Sociologia das Formações Políticas, Porto, Edições Afrontamento.

GABAS, Jean-Jaques (1988), **L'aide contre le développement?**, Paris, Economica.

INESTP – Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe. População. Disponível em: <<http://www.ine.st/populacao/populacao.htm>>. Acesso em Agosto de 2009.

LAVROFF, Dimitri (1975), **Os Partidos Políticos de África Negra**, trad. port., Amadora, Livraria Bertrand

MACQUEEN, Norrie, 1998, **A descolonização da África portuguesa**. A revolução metropolitana e a dissolução do império, Editorial Inquérito.

NASCIMENTO, Augusto. **Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe**. 2008. Editora Prefácio, Lisboa

OLIVEIRA, Jorge, E. da C. **A ECONOMIA DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE**. 1993 Impritécnica – Artes Gráficas, LDA. Lisboa.

PAIVA, José Francisco Lynce Zagalo. 2007. **A Dimensão Internacional da Transição Pós-Autoritária em Moçambique**: As Proposições de Laurence Whitehead. Tese de Doutoramento pela Universidade do Minho, Portugal.

PNUD, Cooperação ao Desenvolvimento de STP, de 1990 a 1999, São Tomé, (PNUD local) 1995.

Relatório do Desenvolvimento Humano em São Tome e Príncipe 2002. As mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano, 2002 São Tome, PNUD

Relatório do Ministério de Agricultura e Pescas (1998), Carta de Política Agrícola do Desenvolvimento Rural.

Relatório do Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros (1995), Gabinete de Privatização. Dossier da Transtec, S.A.

Relatório do Ministério da Cooperação (1985), Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento, Vol.1, São Tomé.

Relatório do Ministério da Economia, Direção de Planeamento e Estudos, Boletim Estatístico de 2000.

ROMANA, Heitor A. C. (1997), São Tomé e Príncipe: Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades, Instituto superior de ciências sociais, Lisboa

SALVATORI, Giovanni (1982), **Partidos e Sistemas Partidários**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, Univ. Brasília

SANTO, Armindo C. E. **Economia de São Tomé e Príncipe: entre o regime do partido único e o multipartidarismo**. 2008. Edições Colibri, Lisboa.

SANTO, Carlos Espírito. **Enciclopédia fundamental de São Tome e Príncipe**, Lisboa: Cooperação, 2001.

SEIBERT, Gerhard (1995), “**A política num micro Estado: São Tomé e Príncipe, ou conflitos pessoais e políticos na gênese dos partidos políticos**”, in *Transitions Libérales em Afrique Lusophone*, Paris, Karthala

_____.1999, **Camaradas, Clientes e Compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em STP**. Holanda.